

**O EXERCÍCIO “BOM E JUSTO” DO PODER
NA VIDA RELIGIOSA**

BOLETÍN UISG

NÚMERO 168, 2019

PRESENTAZIONE	2
O CONCEITO DE PODER NO CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO ENTRE “PODER” E “AUTORIDADE”	4
<i>Ir. Simona Paolini, FMGB</i>	
ÁREAS DE SOMBRA NO PODER: COMO ATRAVESSÁ-LAS?	12
<i>Ir. Tiziana Merletti, SFP</i>	
A QUEM EXERCE O PODER JESUS DIZ...	22
<i>Ir. Elisabetta Flick, SA</i>	
ORAÇÃO NO CORAÇÃO DO CAPÍTULO	32
<i>P. David Glenday, MCCJ</i>	
VIDA NA UISG	38
PESSOAL DA UISG	44

Realizou-se no dia 22 de novembro de 2018, em Roma, o Laboratório de Direito Canônico da UISG, sobre o tema: *O exercício “bom e justo” do poder na Vida Religiosa*.

O tema é de grande importância na atualidade e impõe a urgência de uma reflexão profunda e de uma resposta adequada. O Papa Francisco em sua Encíclica ao Povo de Deus, de 20 de agosto de 2018, pede expressamente que todos os “membros do Povo de Deus” contribuam com sua participação ativa para a “conversão do agir eclesial” contra “comportamentos de abuso sexual, de poder e de consciência”.

Em resposta a este apelo, a UISG, como associação que abrange em torno de 2000 líderes de congregações religiosas presentes em todo o mundo, além de expressar a sua dor e indignação para com cada tipo de abuso perpetuado dentro e fora da Igreja, quis criar caminhos de formação para o exercício “bom e justo” do poder no âmbito da vida religiosa, com o desejo e a intenção de que se possa crescer juntos na consciência e capacidade de agir para o bem.

Ir. Simona Paolini, FMGB

O conceito de poder no Código de Direito Canônico entre “poder” e “autoridade”

Cada vez que o poder não se torna o apoio real, para que a cada religioso seja garantido o necessário para atingir o objetivo da sua própria vocação, este é uso não correto do poder (cfr cân 670..); cada vez que os superiores não assumem conscientemente a formação no seu próprio Instituto, essa não é uma forma correta de poder; sempre que os superiores não trabalham para adaptar com fidelidade criativa o apostolado do próprio Instituto às exigências concretas da história, isso não é um exercício correto de autoridade.

Ir. Tiziana Merletti, SFP

Áreas de sombra no poder: Como atravessá-las?

O objetivo desta contribuição é explorar como o abuso de poder afeta a vida consagrada feminina, a partir das áreas de sombra que o exercício do poder produz. Não se trata de listar as armadilhas nas quais, mesmo com boa fé, corremos o risco de cair e, em seguida, deixar-nos vencer pelo desânimo de não ver saídas. Não se trata de encontrar respostas fáceis para a questão sobre como atravessar essas áreas de sombra. Proponho, em vez disso, de identificar as perguntas certas a serem feitas, pelo menos para estimar o valor da provável enésima queda na área de sombra.

Ir. Elisabetta Flick, SA

A quem exerce o poder Jesus diz...

O fato de a vida pública de Jesus iniciar e concluir com as tentações sobre o modo como exerceu seu poder como Filho de Deus ressoa como um apelo constante e um convite para reconhecer que, em todo exercício de poder, está sempre presente a tentação e a possibilidade do abuso de poder que é sempre, de uma forma ou de outra, o uso do poder em benefício próprio. Nós também devemos reconhecer que, também na Igreja e na vida religiosa, os abusos de poder estão bem presentes, o que evidencia a importância de ousar enfrentar as tentações que nos habitam para poder rejeitá-las, ou seja de exercer o poder que Jesus confere aos seus discípulos de expulsar os demônios.

P. David Glenday, MCCJ

Oração no coração do Capítulo

Viver a oração como o próprio coração do Capítulo, não apenas como uma preparação muito essencial, nem meramente como acompanhamento essencial, mas como oração que parte de onde nascem os nossos Capítulos, de onde são gerados os Capítulos, de onde as decisões e orientações do Capítulo são concebidas. Oração como o lugar onde o Capítulo encontra coragem, esperança, força, imaginação, criatividade.

O CONCEITO DE PODER NO CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO ENTRE “PODER” E “AUTORIDADE”

Ir. Simona Paolini, FMGB

Ir. Simona Paolini, uma religiosa das Irmãs Franciscanas Missionárias do Menino Jesus, é professora de História das Fontes e de Instituições de Direito Canônico, de Filosofia do Direito e do Direito da Vida Consagrada, na Pontifícia Universidade Antonianum de Roma e da Faculdade de Pio X do Studium Marcianum de Veneza.

O texto foi apresentado no Laboratório de Direito Canônico da UISG, Roma, aos 22 de novembro de 2018.

Original em Italiano

A questão da autoridade torna-se uma urgência e uma atualidade neste momento eclesial marcado pela reflexão do Santo Padre Francisco na Carta dirigida ao Povo de Deus, de 20 de agosto de 2018, onde faz referência a formas de abuso, elaborando uma trilogia que inclui não só os abusos sexuais, mas também os abusos de poder e de consciência.

«Se um membro sofre, todos os membros sofrem juntos» (1 Cor 12,26). Estas palavras de São Paulo ressoam com força no meu coração, constatando outra vez o sofrimento vivido por muitos menores por causa de abusos sexuais, de poder e de consciência cometidos por um considerável número do clero e pessoas consagradas.

O Santo Padre, com respeito a essa leitura, pede ainda ao povo de Deus que reaja, através de um ato eclesial complexo:

É impossível imaginar uma conversão do agir eclesial sem a participação ativa de todos os membros do Povo de Deus. Além do mais, cada vez que tentamos suplantar, silenciar, ignorar, reduzir a pequenas elites o povo de Deus construímos comunidades, programas, escolhas teológicas, espiritualidade e estruturas sem raízes, sem memória, sem rosto, sem corpo, enfim sem vida.

Isto se manifesta claramente num modo anômalo de entender a autoridade na Igreja - muito comum em muitas comunidades onde foram verificados comportamentos de abuso sexual, de poder e de consciência - que é o clericalismo, aquela atitude que «não apenas anula a personalidade dos cristãos, mas também tende a diminuir e subestimar a graça batismal que o Espírito Santo colocou no coração do nosso povo».

Daqui surgiu a exigência da UISG de participar na elaboração desta resposta contra qualquer forma de abuso, baseando os caminhos de formação no exercício “bom e justo” do poder, em âmbito de vida religiosa.

Uma simples "explicação do termo"

O propósito desta reflexão é, portanto, uma formação para o exercício do poder “bom e justo”, onde antes de tudo é necessário entender melhor o valor de qualificação desses dois diferentes adjetivos, eleitos para determinar a forma de autoridade que hoje a Igreja espera de seus ministros.

Entende-se por *bom*, não tanto o que é correto, mas o que persegue o bem, porque é orientado para a realização do bem comum; desse bem que é tal porque é autêntico e porque é de todos. Bem explica esta dimensão da “comunalidade” do bem a Carta Encíclica ‘*Laudato Si*’, do Papa Francisco, publicada em 2015, precisamente *sobre o cuidado da casa comum*. A carta explica como o bem comum é aquele capaz de oferecer todas aquelas “condições de vida social que permitem tanto aos grupos quanto a membros individuais de alcançar a própria perfeição de forma mais rápida e plena” (LS156).

É também *justo* aquele exercício de autoridade que não é simplesmente legítimo, mas sim aquele que intervém segundo o *próprio*, o específico daquela situação; neste caso, o que é da vida religiosa, finalizado para sua realização, modulado de acordo com seus critérios.

Tudo o que não está dentro dessas duas modalidades é diferente com relação ao exercício que hoje a Igreja espera daqueles que foram investidos com o poder da autoridade.

O título desta intervenção requer esclarecimentos adicionais sobre os termos referidos no texto: autoridade e poder.

Em termos eclesiais, a *autoridade* não deve ser interpretada segundo o entendimento comum da tendência a crescer, a fazer, facilmente deduzido da referência etimológica ao verbo latino *augeo*, a partir do qual o valor semântico de *status superioris* de quem está investido de poderes e funções de comando, mas, antes, ἐξουσία, qual participação ao Senhorio de Jesus Cristo, o *Κύριος*, cuja autoridade empurra a história para a vinda do Reino de Deus. A autoridade no Povo de Deus tem uma força originária e qualificante na autoridade de Deus, de quem descende toda a autoridade, porque, como o apóstolo Paulo ensina: *não há nenhuma autoridade que não venha de Deus: e as que existem foram instituídas por Deus* (Rom. 13, 1).

A natureza divina da autoridade diz uma característica transcendente da autoridade, portanto é errônea a compreensão que se limita ao recurso de categorias exclusivamente humanas ou critérios tipicamente sociais.

Além disso, uma autoridade eclesial, porque definida como serviço à Igreja, como bem estabelece o cân. 618, *ouverture* do capítulo II dedicado ao *Governo dos Institutos*, em que se define que:

“Os superiores exercem em espírito de serviço aquele poder que receberam de Deus, mediante o ministério da Igreja”.

A autoridade é, portanto, não “uma inevitável, mas teologicamente irrelevante ou até mesmo prejudicial exterioridade, mas pertence no seu núcleo essencial à concretização da encarnação”;¹ a dimensão autoritária, embora não pertença ao princípio constituinte e vivificante da Igreja, cujo fundamento reside, por vontade de Seu Fundador, na Palavra e nos Sacramentos, vividos na graça da comunhão, ainda é uma dimensão estruturante da Igreja, que se manifesta na sua configuração como um sinal concreto de unidade e comunhão com Deus e entre os homens (cfr. LG1).

É na comunhão eclesial, tida como constitutiva da vida eclesial, que a autoridade encontra justificação; é a dimensão de comunhão que postula o serviço da autoridade, segundo fins específicos, reconhecidos pela Igreja - canonicamente aprovados – orientados para a realização do bem da comunidade eclesial.

Ao termo da autoridade corresponde aquele de *potestà* ou *poder*, ou sua forma concreta. Poder indica aquele modo de exercício de autoridade, típico de uma especificação de autoridade. É, portanto, necessariamente inerente a um encargo, porque é o exercício de um poder previsto para funções específicas.

Se, portanto, a autoridade indica um serviço geral de governo, a autoridade determina, pontualmente, termos, modalidades e limites. A autoridade é esse exercício geral de poder, definido de acordo com as diferentes competências eclesiais.

O vínculo entre a autoridade e o serviço ao qual ela é delegada é o que determina o poder, portanto esta é a forma *teleológica* da autoridade, ou a definição a partir de sua finalidade.

Não há, portanto, uma autoridade que não tenha sua própria finalidade e uma orientação típica, e são precisamente essas dimensões que qualificam o poder.

Formas de poder

A compreensão da autoridade como uma modalidade concreta e específica nos pede para analisar a tipicidade das formas de realização.

O poder de governança pode ser definido de maneira diferente de acordo com a *área de atuação*.

É, portanto, chamado *poder ordinário*, aquele que está ligado a um ofício típico, para o qual é definido pela própria lei como inerente àquela forma de poder. Sua origem e sua natureza derivam, portanto, não tanto de uma concessão ocasional ou de uma concessão típica, mas de sua própria atribuição estável e direta por disposição jurídica, por ser inerente ao próprio ofício; um poder pleno e total em relação às competências daquele ofício.

O *poder delegado*, ao invés disso, é aquele que é concedido não através do ofício, mas em uma situação típica: ou a uma pessoa, ou a uma circunstância, ou dentro de um período; portanto, um poder fortemente limitado pelo mesmo mandato para o qual foi concedido. No poder delegado, não é apenas fundamental, mas também importante que, na delegação, os âmbitos e as modalidades estejam bem estabelecidas, a fim de definir esse poder e preservar de formas inválidas de seu exercício.

O poder de governo pode também ser definido em relação à *forma*.

É, portanto, um poder do governo *ordinário*, porque é pleno e total, imediato e geral em relação à função assumida.

Mas também pode ser ordinário e *vicário*, portanto, inerente ao ofício, porque ordinariamente concedido, ainda na forma vicária, enquanto exercida em nome de outros, quando a pessoa que é a titular plena não está presente. No entanto, em caso de ausência do próprio titular, o poder atribuído não passa a outra pessoa por concessão direta, ou por delegação explícita, é ao invés disso, exercido por seu vigário, o qual o exerce com seu poder próprio, inerente ao seu ofício, que é igualmente pleno e total, mesmo que apenas vicarial, ou na ausência do titular ordinário.

Também a forma de *perda* determina diferentes modos de poderes de governo.

O poder se extingue *ordinariamente* ou com a perda legítima do ofício ao qual está ligado, ou findado o objetivo, ou o tempo decorrido, exaurido o número de casos estabelecidos, cessada a causa final, ou no caso de um poder concedido por procuração. O poder delegado também pode ser extinto por revogação do delegador, enviada diretamente ao delegado, ou por renúncia do delegado, dando conhecimento ao delegador e por ele aceito; no entanto, o direito do delegado não se extingue, a menos que a condição não esteja prevista como cláusula no mandato da própria procuração.

Mas o poder pode ser extinto também pela perda não ordinária do ofício eclesial ao qual ele está anexado, como por renúncia, transferência, remoção, privação; estes são casos muito diferentes.

Se a renúncia (cfr Cân. 187-189) e a transferência (cfr. Cân. 190-191) são formas não ordinárias, mas normalmente previstas, seja na remoção (cfr. Cân. 192-195) seja a privação (cfr. Cân.196), representam casos reais e extremos, que

só podem ser adotados em casos muito particulares, pontualmente estabelecidos ou pela autoridade que confere o poder do ofício ou a lei própria. A renúncia e a transferência representam situações em que uma causa justa e proporcional, concede ou ao titular legítimo ou à pessoa que detém o direito de fornecer o cargo, de alterar a perda do poder ordinário. No caso de renúncia aquele que detém um poder por causa justa e proporcional poderá pedir – embora formalmente, isto é, ou por escrito ou oralmente diante de duas testemunhas – para aquele ao qual pertence a provisão do ofício de poder declinar a sua autoridade; no caso de transferência se prevê, ao invés disso, a passagem de um ofício a um outro, para a qual é necessária a intervenção de ambos os titulares de poder.

A remoção e a perda são de uma natureza completamente diferente, ambas previstas para casos graves, segundo um procedimento pontual definido pela lei. De natureza absolutamente sancionatória é a perda que vem definida como uma pena, estabelecida como resultado de um crime.

Qual poder na vida religiosa

Essa compreensão eclesial da autoridade assume uma especificação adicional na esfera da vida religiosa, como define claramente o Código de 1983², que trata da questão em duas áreas específicas: entre as normas comuns a todos os Institutos de vida consagrada, no cân. 596 e na seção dedicada aos Institutos de vida religiosa, cap. II inteiramente dedicado ao *Governo dos Institutos*, embora posteriormente dividido em três artigos diferentes, relativos a: *Superiores e Conselhos* (art.1), *os Capítulos* (art.2), *os Bens temporais e sua administração* (art.3).

O poder na vida religiosa é claramente um aspecto fundamental dessa forma de vida; se partimos do pressuposto de que o poder tem uma função ultra-organizacional, prevista antes para fazer a transição “da sociedade para a sinodalidade e à colegialidade, tendo em vista a *communio*”,³ é necessário, portanto, em um sistema que se compreende como sociedade.

O Cân. 607 define um instituto religioso como uma *societas*, ou uma estrutura de relacionamento na qual os vínculos entre as partes constituem o tecido vital daquele grupo de pessoas. É, portanto, instituto religioso aquela estrutura desenvolvida em torno das relações que existem entre os diversos religiosos, que nesta instituição são incorporados, através da profissão dos conselhos evangélicos, tomada na forma do voto público, por isto chamados para a observância dos seus direitos e partilha da vida fraterna em comum. Essa estrutura social, que gira em torno da co-participação no patrimônio carismático do instituto, implica formação de acordo com esse patrimônio, o que exige dedicação à sua missão e o assumir de uma forma definida de vida entre obrigações e direitos. A esta estrutura social, cada membro só pode acessar através da profissão dos conselhos evangélicos, o que implica a obrigação de observar os três conselhos evangélicos, produz o duplo efeito da consagração a Deus e da incorporação ao instituto.⁴

Se então afirmamos como evidente a correspondência entre o propósito do serviço da autoridade e as formas de poder, por meio das quais natureza, formas e limites de poder lembram a natureza, formas e limites da sociedade, então entendemos como o poder na vida religiosa deve assumir o poder, dimensões típicas desta forma especial de vida cristã, distinguida por um título novo e especial, de assumir os conselhos evangélicos dados à vida cristã de cada pessoa batizada.

Do cân. 596 que diz respeito a todos os institutos de vida consagrada, entendemos como o poder previsto é distinto, por sujeito, por objeto, por fonte, por valor. A distinção por assunto distingue entre uma autoridade pessoal - os Superiores - e uma autoridade colegiada - os Capítulos; também se distingue pelo objeto, na verdade, este é um poder dirigido aos *membros* do instituto, sem qualquer outra definição; ainda é distinto por fonte, referindo-se à lei universal ou à lei própria; enfim, distingue-se pelo valor, entre um poder geral - para todos os institutos de vida consagrada - e um poder eclesiástico de governo - apenas para o direito clerical e pontifício.⁵

O CJC '83 fez a escolha de não recorrer mais à distinção entre poder público e privado, melhor definido como dominante, a que se referiu o Código de 1917. Na primeira Codificação, foi estabelecido um poder de natureza privada para os Institutos não-clericais, reconhecidos como familiar, de fato doméstico, eco daquele próprio do *pater familias*, reconhecido pelo direito romano como a autoridade necessária para o bem, estabelecida por si mesma pelo vínculo entre os membros, pela natureza do pacto, segundo vínculos de relacionamento. A Codificação atual renunciou a esta adjetivação, omitindo o dominador e, em vez disso, recorrendo ao geral eclesial, porque deve ser entendido de acordo com o *sensus Ecclesiae*.

O poder na vida religiosa é, portanto, um poder comparável ao do governo e, portanto, executivo, como se pode inferir da natureza das competências em matéria de formação ou apostolado atribuídas àqueles que exercem esse poder; ainda um poder que não é equivalente ao de um ordinário eclesial. Daí um poder de jurisdição, isto é, de governo, mas limitado ao âmbito do instituto de vida consagrada em que se situa.

A partir dessas considerações, podemos reconhecer a autoridade sobre os institutos de vida consagrada como um poder eclesiástico público, onde o eclesiástico refere-se ao ofício eclesiástico ao qual anexa e o público recorda a natureza da pessoa jurídica pública eclesial, reconhecida em cada instituto de vida consagrada canonicamente erigido.

Para essa compreensão geral do poder na vida consagrada, o Legislador acrescenta mais especificações para a vida religiosa, onde o poder é entendido como um serviço de proteção. A primeira proteção requerida pelo poder dos Superiores é aquela que diz respeito à vocação de cada membro individual. Para isso são os Superiores os que acompanham a caminhada dos membros do instituto,

desde a fase inicial onde os Superiores são responsáveis pela formação, da qual também o delicado discernimento para a admissão no instituto, até decisões sofridas na área de separação da instituição. Dos Superiores se espera um cuidado cuidadoso também no campo da pastoral; na verdade, espera-se deles um discernimento poderado de adaptação das obras. Solicita-se aos Institutos prudência e atenção para adaptar-se às necessidades dos tempos e lugares, adotando meios novos e convenientes, permanecendo fiéis à sua missão e suas obras.

Deduzimos que o poder religioso é acima de tudo uma autoridade de custódia, que é chamada a ser responsável, atenta e prudente, de um dom da graça recebido, que foi reconhecido em um carisma aprovado e depois legitimado pela Igreja, que foi confiado a seus ministros e só a eles confiado, para que eles o conservem como um dom de Deus.

Abusos no exercício do poder

Em sua carta, o Santo Padre não tem medo de indicar o perigo de um poder exercido de forma distorcida, nem de falar de um abuso real de poder.

Legalmente falamos de abuso de poder no caso *de usurpação e abuso*.

A usurpação denota uma não-correspondência entre o *de facto* e o *de iure*; isto é, a situação em que os atos são realizados de maneira consciente e deliberada, pelos quais a pessoa é imputável, mas são atos que não correspondem à real condição jurídica de quem detém o poder. Neste caso, não há titularidade legítima.

A situação de abuso é diferente, porque neste caso há uma invasão de poderes, de modo que a pessoa na substância, nas modalidades, dentro da ação, dentro dos limites impostos permaneceu dentro dos parâmetros legitimamente atribuídos por lei, ele é de fato detentor legítimo e efetivo da autoridade, mas consciente e maliciosamente o exercício desse poder ocorreu de maneira distorcida, excedendo o propósito, exorbitando em relação às áreas conferidas, para as quais não há igual correspondência entre o atribuído e o exercido.

No entanto, as definições de abuso formal e legalmente definidas parecem insuficientes para definir a variedade de formas de abuso de autoridade; será necessário falar de abuso de poder sempre que o exercício dessa autoridade não for ordenado àqueles fins que os cân. 618-619⁶ têm o cuidado de delinear com uma série de imperativos vinculantes e obrigatórios.

Cada vez que o poder não se torna o apoio real, para que a cada religioso seja garantido o necessário para atingir o objetivo da sua própria vocação, este é uso não correto do poder (cfr cân 670..); cada vez que os superiores não assumem conscientemente a formação no seu próprio Instituto, essa não é uma forma correta de poder; sempre que os superiores não trabalham para adaptar com fidelidade criativa o apostolado do próprio Instituto às exigências concretas da história, isso não é um exercício correto de autoridade.

O exercício bom e justo do poder é certamente uma maneira de trabalhar na Igreja, que vai muito além da abstenção de erros ou negligências, e que evoca antes um humilde ministério feito numa parte da Igreja, dita no pequeno fragmento de um instituto religioso, em que aqueles que são chamados para desenvolver um poder, devem fazê-lo em termos eclesiais de um serviço evangélico de autoridade, do qual a novidade do Evangelho e o poder redentor do Senhor ressuscitado determinam seus limites, condições e finalidade.

¹ J. RATZINGER, *A Comunhão na Igreja*, Milano, 2004, 155.

² De hoje em diante, CJC '83.

³ PAOLINI S., *A aprovação do direito dos Institutos de vida consagrada*, ex cân. 587, Veneza, 2014, 126.

⁴ Cfr. CJC '83, cân. 654 – Com a profissão religiosa, os membros assumem com o voto público a obrigação de observar os três conselhos evangélicos, são consagrados a Deus mediante o ministério da Igreja e passam a ser incorporados ao Instituto com os direitos e os deveres definidos juridicamente.

⁵ CJC 83, pode. 596 § 1. Os superiores e os capítulos dos institutos têm sobre seus membros o poder que é definido pela lei e pelas constituições universais. § 2. Por outro lado, nos institutos religiosos clericais de direito pontifício gozam também do poder eclesiástico de governo, tanto para o foro externo como para o interno. § 3. As provisões do cân. 131, 133 e 137.

⁶ CJC '83, can. 618 – Os Superiores exercem em espírito de serviço o poder que receberam de Deus através do ministério da Igreja.

Portanto, dóceis à vontade de Deus no cumprimento de seus deveres, eles governam seus súditos como filhos de Deus e despertam sua obediência voluntária em relação à pessoa humana, escutam-nos de bom grado e também promovem sua colaboração concordante para o bem do instituto e da Igreja, sem prejuízo de sua própria autoridade para decidir e comandar o que deve ser feito. Cân. 619 - Os superiores participam prontamente do próprio ofício e, juntamente com os religiosos que lhes são confiados, trabalham para construir em Cristo uma comunidade fraterna em que buscamos a Deus e O amamos acima de todas as coisas. Por isso, eles freqüentemente dão aos religiosos o alimento da palavra de Deus e os dirigem para a celebração da sagrada liturgia. Que eles sejam um exemplo no cultivo de virtudes e na observação das leis e tradições de seu instituto; eles providenciam de uma maneira conveniente o que os membros, individualmente, precisam; eles visitam os doentes, prontamente oferecem-lhes o tratamento necessário, repreendem os agitados, confortem os tímidos, com todos sejam pacientes.

ÁREAS DE SOMBRA NO PODER: COMO ATRAVESSÁ-LAS?

Ir. Tiziana Merletti, SFP

Ir. Tiziana Merletti é uma Irmã Franciscana dos Pobres desde 1986. Obteve um diploma em Direito no ano 1984 na Universidade G. D'Annunzio de Teramo e o Doutorado em Direito Canônico no ano 1992 na Pontifícia Universidade Lateranense de Roma. Entre tantas responsabilidades atribuídas na Itália, ela ocupa-se da formação, realizou cursos de Direito Canônico nas escolas da USMI para o noviciado inter-congregacional, foi membro da Liderança Regional. Ele serviu como Ministra Congregacional nos anos 2004 até 2013, com a sede em Nova York.

Ela atualmente vive em Pádua, onde está envolvida nas consultas canônicas no campo da vida religiosa, da formação (especialmente para as mulheres italianas e imigrantes) e realiza cursos de Enneagrama. Ele é membro do Conselho de Canonistas da UISG. Fluientemente fala italiano, inglês e francês.

O texto foi apresentado no Laboratório de Direito Canônico da UISG, Roma, em 22 novembro de 2018.

Original em italiano

O Papa Francisco, em sua recente carta ao povo de Deus,¹ centra a sua reflexão sobre a ferida infectada no corpo eclesial: aquela dos abusos cometidos por membros do clero e por pessoas consagradas contra menores e adultos em situação de vulnerabilidade. Existem três tipos de abusos identificados pelo Pontífice: sexual, de poder e de consciência. O objetivo desta contribuição é explorar como o abuso de poder afeta a vida consagrada feminina, a partir das áreas de sombra que o exercício do poder produz. Não se trata de listar as armadilhas nas quais, mesmo com boa fé, corremos o risco de cair e, em seguida, deixar-nos vencer pelo desânimo de não ver saídas. Em vez disso, gostaríamos de refletir juntas para dar nome a essas situações, crescer em consciência e aumentar nossa capacidade de agir para o bem. Não se trata de encontrar respostas fáceis para a questão sobre como atravessar essas áreas de sombra. Proponho, em vez disso, de identificar as perguntas certas a serem feitas, pelo menos para estimar o valor da provável enésima queda na área de sombra.

Vamos começar nos perguntando: O que queremos dizer com poder?

*O poder é simplesmente a capacidade de agir
Se a capacidade de agir não vier focada
de sentido de finalidade
ou de um sentido de espiritualidade
ou de um sentido de serviço,
então ela eliminará a vida.
(Stewart Emery)²*

Em outras palavras, poder é a possibilidade de construir com aqueles que nos rodeiam um ideal “bom”, que gera vida. Um conceito, portanto, extremamente positivo, um valor a ser bem observado num tempo assim tão ‘líquido’ e incerto, à mercê de líderes com motivações diversas.

Da Sagrada Escritura

Das muitas citações presentes nas Sagradas Escrituras, escolhi a de São Paulo: «não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas». *Rm, 13, 1*. Aqui o termo grego usado para indicar autoridade / poder é: *ἐξουσία* = o poder do qual Jesus foi investido pelo Pai e que veio compartilhar na terra ...: também com mulheres!

São Paulo sempre diz: «Portanto, a mulher deve ter sobre a cabeça sinal de poderio, por causa dos anjos». (*ICor 11, 10*). Na verdade, o verbo grego usado aqui é realmente *ἐξουσία*, e não é difícil para nós entendermos porque ele foi traduzido com a palavra dependência!

Do magistério

O Papa João XXIII, num comentário sobre esta citação de São Paulo, retoma as palavras de São João Crisóstomo:

«O que você está dizendo? Por acaso, cada um dos governantes é constituído por Deus? Não, eu não digo isto: aqui não se trata de cada um dos governantes como indivíduos, mas de governar em si mesmo. Agora, o fato de que a autoridade existe e que existem aqueles que comandam e aqueles que obedecem, não vem do acaso, mas de uma disposição da Providência divina ».³

E é precisamente por vontade divina que a convivência⁴ entre os seres humanos torna-se fecunda graças também à contribuição da autoridade para « a implementação do bem comum em grau suficiente».⁵

Tratando-se, pois, não de uma força descontrolada, mas sim de uma faculdade de comando segundo a razão, partindo da ordem moral, o Papa João XXIII afirma:

«Se, portanto, suas leis ou autorizações estão em contraste com essa ordem moral e, portanto, em contraste com a vontade de Deus, elas não têm a força para obrigar a consciência, pois “mais importa obedecer a Deus do que aos homens.”; (*Atos 5,29*) neste caso, pelo contrário, a autoridade deixa de ser como tal e degenera em abuso. “Quando uma lei é contrária à razão, é chamada de lei iníqua; em tal caso ela deixa de ser lei e se torna um ato de violência».⁶

Áreas de sombra

Agora queremos nos perguntar como o poder e as áreas de sombra são os dois lados da mesma moeda. Por área de sombra, nos referimos a algo que existe apenas na presença de luz. De fato, o exercício do poder é precisamente aquela luz que coloca em evidência os dons e a habilidade que temos de incidir sobre a realidade, de criar e levar adiante uma visão, de nos capacitar e capacitar os outros, colocando em campo recursos para realizamos um desígnio que nos ultrapassa: o Reino de Deus em nosso meio.

Ao mesmo tempo, o exercício do poder ativa de alguma forma uma sensação de mal-estar, (sentimentos de fracasso, de impotência, de aprisionamento, de medo, de rigidez), que se origina de uma dimensão psicológica e espiritual. Muitas vezes essas falhas e os defeitos que surgem, tendemos a projetá-los fora, mas realmente nos pertence... por isso cabe a nós enfrentá-los, transformá-los em oportunidade de crescimento e fazer com que sejam produtivos, da melhor forma que nos for possível.

De fato, apenas a sombra reconhecida e aceita é:

positiva

estimulante

fonte de energia nova

motor que ativa uma liderança generativa

garantia de um exercício do governo “legítimo” versus “iníquo”.

Em seguida, examinaremos algumas situações que estão sob a responsabilidade das Superiores religiosas e que podem ocultar oportunidades de cair na armadilha do uso “ruim e injusto” do poder, do qual as áreas de sombra devem ser confrontadas.

Área de sombra: identidade da função

Cân. 617: «Os superiores exercem seu poder de acordo com o direito universal e com a lei própria».

O exercício da autoridade na vida consagrada tem natureza espiritual e temporal, com o caráter fundamental do *diaconia*. Ele se move entre a responsabilidade de determinar quem e como devem se empenhar os membros para alcançar o resultado pastoral/ministerial (missão) confiado pela Igreja ao Instituto e o cuidado do bem dos próprios membros, passados, presentes e futuros.

Outro dado constitutivo que a isso é acompanhado, é o fato de que tanto aqueles no poder, tanto aqueles que representam os “recursos” disponíveis, tenham de fato colocado à disposição do Evangelho «toda a própria existência (clero e consagrados), sem que não seja mais possível, uma verdadeira “alteridade” entre a pessoa como tal e o status/cargo/ministério mantido eclesicamente».⁷ Daí uma possível sobreposição/identificação entre o caminho pessoal e o papel desempenhado. Este fato é também acompanhado pelo fato de que, antes do Vaticano II, a relação entre autoridade e sujeito era baseada na virtude moral da obediência. Após o Concílio, passou-se, gradualmente, da submissão à adesão pessoal ao plano de Deus, mudança com certeza dolorosa, visto que abarca

fortemente uma atitude de responsabilidade e discernimento que não pode ser improvisada.

Área de Sombra que se torna identificação com a função, que oferece segurança, parâmetros certos, caminhos de doação familiar. Infelizmente, no entanto, o papel, o ofício passa, ou melhor, permanece, e somos chamadas a passar para outro. E é nesse outro que se joga a massa crua de nosso ser dentro das etapas da vida espiritual e, por isso mesmo, permanecemos em caminho, com a nossa pobre mochila, sem nenhuma “muleta” que venha preencher o vazio deixado pela função.

Para refletir: Graças a quem/a que coisa posso desidentificar-me com a função que estou desempenhando neste momento?

Área de sombra: liderança ingênua

Ligada à área de sombra anterior, é a consideração do fato que agir como « representantes de Deus ». (cân. 601 = luz) cria nos superiores as condições para trazer à luz a experiência de uma sombra que chamaremos de “liderança ingênua”.

Trata-se de uma definição que deriva da psicologia ingênua ou chamada de psicologia do senso comum.

Esta se caracteriza pelo fato de **atribuir um significado aos eventos** com base em **dimensões de significado compartilhadas** que sustentam a percepção de que o mundo em que vivemos é **previsível e controlável**, porque passível de mecanismos estáveis que o governam.

Este conceito de ingenuidade, transportado para o tema da nossa reflexão, leva-nos a fazer algumas considerações:

1. O poder é colocado na vida consagrada nas mãos de alguns membros, legitimamente eleitos por
um determinado período de tempo, com a finalidade de exercer a liderança, à luz do carisma, ao serviço do bem do instituto e da Igreja. A expectativa é que os membros reconheçam a ação do Espírito e sigam espontaneamente o que é proposto.
2. Na realidade, de acordo com alguns estudos filosóficos de poder, a ele associa-se, necessariamente, uma resistência “descentralizada”, na verdade outro poder ativado pelas periferias. E isso não é um fenômeno que pode terminar em algum momento, talvez invocando o voto de obediência, porque « identifica-se com um processo sempre aberto e nunca concluído ».⁸
3. A líder ingênua simplesmente não reconhece esse fenômeno de anti-liderança entre os presentes na cultura da vida consagrada e cai na armadilha de senti-lo como uma força contrária, que foge ao seu controle. Daí possíveis reações como: a percepção de um ataque pessoal, a paranóia (com a necessidade de controle através do micro-gerenciamento), o martírio (decido me sacrificar como vítima imolada pelo instituto nas mãos do “inimigo, príncipe deste mundo” que nos coloca à prova!).

4. A Líder evoluída, ao contrário, considerará a liderança como um fenômeno fisiológico, e procurará tratá-la como uma energia “para”, dizendo a si mesma: Essa oposição não está acontecendo comigo, mas antes para mim. E ativará canais tais como o diálogo, a escuta, a comparação e, em particular, o “morrer para si mesma” para se encontrar numa outra dimensão.

Como então cruzar essas duas áreas de sombra da matriz predominantemente pessoal?

- *Autoconhecimento honesto e corajoso*
- *Formação com a participação de outros saberes*
- *Tomanr tempo (de profunda oração e também de relaxamento)*
- *Aprender a acolher as oportunidades do impasse*
- *Exercitar-se na arte de fazer perguntas*

Para Refletir: Como me redescubro «ingenua» no exercício do poder? Nomeio situações anti-liderança que me ajudam neste processo.

Área de sombra: abuso no exercício do poder

Consideremos agora outra possível área de sombra proveniente das potencialidades contidas no poder: a do abuso dela, que é voluntariamente perseguida ou o fruto de má administração dela, que se traduz juridicamente no conceito de negligência.

Como foi dito, na Carta ao Povo de Deus de 20 de agosto passado, o Papa Francisco fala de três tipos de abuso sobre os quais invoca a “tolerância zero”, tratando-se precisamente de menores e de adultos em situações de vulnerabilidade:

- **Abuso sexual** - pecado contra o sexto mandamento do Decálogo, cometido pela força ou ameaças ou publicamente ou com um menor com idade inferior a dezoito anos, (cân. 1395).
- **Abuso de Poder** – « abusar da própria função e do próprio papel e sim. = angheria, arrogância, prevaricação, opressão, abuso, estouro ».⁹
- **Abuso de Consciência** - «Menos visível daquela sexual. Mas sempre uma forma de abuso, porque se tira vantagem da confiança do outro, se impõe com autoritarismo, indicações de vida forçadas e a sofrer as consequências sobretudo as pessoas mais frágeis e vulneráveis. O abuso de consciência viaja subterraneamente e em silêncio nas comunidades de fé, nos Institutos religiosos, nas pastorais e sobretudo na pastoral da juventude.»¹⁰.

Em todos os três casos, uma das raízes mais fortes é o clericalismo, com sua cultura dualista, feita de privilégios, o patriarcalismo, o silêncio e o segredo, dos quais o Papa Francis afirma: « O clericalismo, favorecido tanto pelos próprios sacerdotes, quanto pelos leigos, gera uma cisão no corpo eclesial que fomenta e ajuda a perpetuar muitos dos males que hoje denunciamos. Dizer não ao abuso significa dizer fortemente não a qualquer forma de clericalismo».¹¹

Para Refletir: que contribuição o meu instituto pode dar para dizer “não” às várias formas de clericalismo e “sim” a uma Igreja mais compassiva, generosa e madura?

Abuso de poder ou de ofício

Cân.1389§1 «Quem abusa do poder eclesiástico ou do ofício deve ser punido de acordo com a gravidade do ato ou omissão, inclusive com a privação do cargo, a menos que contra tal abuso, uma pena já tenha sido estabelecida por lei ou preceito ».

Segundo o espírito do Direito Canônico, os elementos que caracterizam um **abuso** são:

- O agir fora ou contra a ordem jurídica
- para fins impróprios
- ou contra o bem das almas.

O cânon fala de:

Abuso do poder eclesiástico (ligado à ordem)

Abuso de função:

qualquer função (munus) constituído de forma estável e objetiva como a função oficial da organização eclesiástica por instituição divina ou eclesiástica com um fim espiritual específico, isto é em nome da igreja (cf. 145 §1).

No caso da vida religiosa, falamos de uma **função**, cuja provisão canônica é o ato de eleição e aceitação do eleito, se não exige confirmação (cân 146).

A descrição dos deveres - obrigações - faculdades anexadas ao ofício está contida no direito universal e no direito próprio. Esta disposição visa proteger a função de todas as formas de prevaricação e interpretação arbitrária.

Ex dolo

O dolo consiste na vontade consciente de uma pessoa de colocar em ação uma conduta com a intenção de prejudicar alguém.

Na presença de dolo, a punição fornecida é:

- Obrigatória
- Indeterminada, isto é, proporcional à gravidade do ato ou da omissão
- incluindo a privação do ofício.

Abuso culposo de poder ou de ofício

Cân. 1389 § 2. « Quem, por negligência, coloca ou omite ilegítimamente com o dano a outros um ato de poder eclesiástico, de ministério ou de ofício, deve ser punido com uma pena justa».

A negligência é definida como:

Falta de compromisso, de atenção, de interesse no cumprimento dos próprios deveres.

Ex culpa

- Omissão de devida diligência
- Voluntária, levando em conta o cân. 1321 § 1, que exige que haja grave

imputabilidade. De fato, não é punível, a menos que seja expressamente previsto por lei

- Atos colocados ou omitidos ilegítimamente, ou seja, contra a lei
- com consequente dano aos outros.¹²

O cân. 1389 é bastante vago porque potencialmente todas as violações são crimes mesmo se, segundo o ditado do Ccn. 1399, é necessário provar:

- Gravidade objetiva
- O escândalo
- A necessidade real da pena.

No entanto, o direito à indenização permanece (câns. 128, 57 § 3, 1729 § 1)

Alguns exemplos de potenciais abusos/prevaricações/negligências

Abaixo está uma lista de situações, tarefas, obrigações que as Superiores, maiores ou não, são obrigadas a cumprir os ditames do CIC. O conhecimento desses deveres permitirá mais facilmente de evitar omissões, manipulações inconscientes ou violações puníveis quando se confrontam com os membros que alegam ter sofrido danos, pelos quais reivindicam seus direitos.

Governo

- Cân. 609-610: Construção de uma casa religiosa
- Deve acontecer na presença de certos requisitos, tais como: o consentimento por escrito do Bispo diocesano, a utilidade da Igreja e do instituto, a possibilidade de os membros conduzirem sua própria vida religiosa e proverem suas próprias necessidades.
- Cân. 622: poder da Superiora geral em relação às demais Superiores
- A Superiora geral tem autoridade sobre todas as províncias, casas e membros do instituto, de acordo com a lei, enquanto as outras superiores estão dentro dos limites do seu cargo.
- Cân. 624: As Superiores eleitas por um período fixo e com interrupções nos cargos de governo.
- Cân. 625 § 3: Formas de designar as Superiores
- Em caso de eleição, é necessária a confirmação pela Superiora maior competente; em caso de nomeação, uma consulta apropriada é necessária.
- Cân. 626: Abusos a serem evitados ao conferir ofícios
- Os «Superiores ao conferir ofícios... observam as normas da lei universal e do direito próprio, abstenham-se de qualquer abuso ou preferência de pessoas e, nada mais visando a não ser a Deus e ao bem do instituto, nomeiam ... as pessoas que no Senhor reconhecem verdadeiramente dignas e adequadas. Também nas eleições evitem a obtenção de votos de qualquer maneira para si ou para outros, direta ou indiretamente ». O cânon contém uma interessante proibição de fazer lobby.
- Cân. 627: Papel do Conselho
- As superiores devem ter seus próprios conselhos e valer-se de seu trabalho.
- Can. 628: visita canônica

- As Superiores designadas pelo direito próprio visitam as casas e as religiosas com a maior frequência possível (nem demais e nem de menos), atendo-se às normas.
- Cân. 629: Obrigação de residência para as Superiores em sua própria casa, como lembra o cân. 1396, com a pena até a privação do cargo.
- Cân. 630: Liberdade de consciência dos membros
- Direito dos membros de escolher livremente o confessor e a direção da consciência. A proibição das Superiores de forçar a manifestação de consciência dos membros. Este cânon nos leva a considerar o que é dito no cân.152 que informa os casos de dois ou mais ofícios incompatíveis, que não podem ser realizados pela mesma pessoa. No contexto da vida religiosa feminina, consideremos o caso de uma superiora, maior ou delegada, responsável pela formação das junioristas, cujas manifestações de consciência ela está escutando. Ou para o caso especificamente relatado pelo cân. 636: a ecônoma que deve ser distinta da Superiora maior.
- Cân. 639 §5: Superiores e dívidas

As superiores abster-se-ão de autorizar a contrair dívidas, a menos que seja possível liquidá-las dentro de um tempo não muito longo e sem prejuízos para o patrimônio do instituto.

Formação

- Câns. 642 e 597 § 2: Admissão de candidatas adequadas
- A capacidade da candidata de assumir o tipo de vida da própria instituição também pode ser verificada com a intervenção de especialistas, sem prejuízo do direito à reputação e à privacidade, protegido pelo Cân. 220.
- Cân. 653: O término do noviciado
- A noviça pode sair livremente do instituto. Se considerada adequada, é admitida ou dispensada, ou prolongada, mas não mais que 6 meses. Em qualquer caso, sua situação deve ser definida.
- Câns. 655 e 657: Duração da profissão temporária
- O tempo mínimo requerido é de 3 anos. Máximo 6 com possibilidade de extensão até 9.
- Câns. 660 e 661: Formação contínua
- Os membros têm o direito e o dever de continuar sua formação espiritual, doutrinal e prática, toda a vida. Cabe às Superiores oferecer-lhes os meios e o tempo.
- Cân. 670: Obrigação de sustentação dos membros
- O instituto tem o dever de oferecer aos membros o quanto, de acordo com as Constituições, é necessário para que realizem o propósito de sua vocação.
- Cân. 694 - 704: Existem muitos cânones que tratam dos deveres das Superiores em termos de renúncia e, em geral, de separação do instituto. Em geral, só pedimos que o dever de proceder sem demora para coletar as provas e emitir a declaração da existência dos fatos que implicam a demissão ipso facto do membro (cân. 694 § 2). Além disso, em outras situações

mencionadas pelo cân. 695 § 1, a Superiora pode agir de outro modo, proporcionando, no entanto, a correção das religiosas, a reintegração da justiça, a reparação do escândalo. Nos cân. sucessivos 696 - 704 estão contidos outros procedimentos aos quais a Superiora deve estar atenta para não omitir os atos devidos, para o bem da religiosa individualmente, da comunidade onde os eventos ocorrem, o ambiente circundante, e para todo o instituto.

Apostolado

- Cân. 671: Obrigação da licença para assumir cargos extra-institucionais
- A religiosa não pode assumir posições fora do instituto, portanto dentro e fora da comunidade eclesial, sem a permissão da Superiora legítima. Licença que também deve levar em conta também pelo cân. 670, isso é o dever de capacitar os membros a viver o fim de sua vocação, neste caso, poder exercer um serviço que seja uma participação do *munus* pastoral da Igreja (cânon 676).
- Cân. 679: Negligência no agir por recomendação do Bispo diocesano
- Por causas muito graves e urgentes, o Bispo pode chegar a proibir a permanência de uma religiosa na diocese, no caso em que a Superiora maior tiver sido avisado da situação, tenha negligenciado a intervir.
- Cân. 683 § 2: Abusos denunciados pelo Bispo em visita pastoral às atividades apostólicas
- O Bispo diocesano tem o direito de visitar as atividades apostólicas realizadas pelas religiosas na diocese. No caso em que ele descobriu abusos, ele deve advertir a Superiora, e se ela não intervir, o Bispo pode tomar medidas de sua autoridade (ver cânon 1320).

Alguns exemplos de abuso sofrido

- Can. 681: obras confiadas às religiosas pelo Bispo diocesano
- No caso das obras confiadas pelo bispo diocesano às religiosas, é oportuno estipular um acordo com a Superiora maior, no qual se esclarecem os pontos essenciais da colaboração: a atividade a ser desempenhada, o pessoal envolvido nela e os deveres das religiosas, os aspectos econômicos.
- Cân. 682: Direito de ser informada sobre a remoção de uma religiosa
- Um bispo diocesano pode remover uma religiosa de um ofício que ele conferiu, não sem informar a Superiora religiosa.

Conclusão

Procuramos explorar como a vida consagrada está envolvida em uma questão tão atual e candente, dentro da Igreja como na sociedade civil, tal como o exercício do poder.

Não é negando o poder que as contradições que esse impõe são resolvidas, especialmente quando nossa intenção de aceitar tal tarefa é apenas a de servir e

levar adiante a história luminosa de nossos carismas. O desafio a ser acolhido é talvez aquele de acolher esses anos de serviço como uma oportunidade para o crescimento da consciência pessoal, dentro das luzes e sombras que se sucedem nessa função.

Lembre-se das palavras de C. Jung:

«*Quem percebe ao mesmo tempo sua própria sombra e sua própria luz se vê de dois lados e, assim, atinge o centro*».

É neste centro que redescobrimos o significado mais profundo do nosso seguimento do Cristo Crucificado e Ressuscitado, que constantemente anda conosco e nos ensina que reinar é servir.

¹ FRANCISCO, Carta ao Povo de Deus (20 de agosto de 2018).

² Autor conhecido, treinador e coach a nível internacional sobre temas de liderança baseados nas estratégias Visão-Valores JOÃO XXIII, *Pacem in terris*, (11 de abril de 1963), 26.

⁴ *Ibid.*, 19: «A coexistência humana deve ser considerada acima de tudo como um fato espiritual:

- comunicação do conhecimento à luz da verdade;
- exercício de direitos e cumprimento de deveres;
- impulso e apelo ao bem moral;
- um nobre prazer comum de beleza em todas as suas expressões legítimas;
- disposição permanente para derramar o melhor entre si;
- ansiando por uma assimilação mútua e cada vez mais rica de valores espirituais ».

⁵ *Ibid.*, 26.

⁶ *Ibid.*, 26.

⁷ GERRIP., *a autodefesa ADMINISTRATIVA COMO SUPLEMENTO DO CONHECIMENTO*: La

Remonstratio canonica (cana 1732-1734 CIC), em: P. Gherri (ED), *Decidindo e julgando na Igreja*. Proceedings of the VI dia interdisciplinar canônico, Cidade do Vaticano, 2012, p. 317.

⁸ Cf. título: *Poder, genealogia de*, em: N. ABBAGNANO, *Dicionário de filosofia*, Novara, 2013.

⁹ *Voce Abuso*, in: *Enciclopedia Treccani*.
¹⁰ Candiard A.O.P., *Reflexão à assembleia da Conferência dos religiosos e das religiosas da França (Corref)*, (Lourdes, 10 - 13 novembro 2018), in: *Serviço de Informação Religiosa*, quarta-feira, 14 de novembro de 2018.

¹¹ PAPA FRANCISCO, *Carta a todo o povo de Deus*, (20 de agosto de 2018).

¹² A especificação é de fundamental importância, pois chama atenção não apenas para os defeitos técnicos formais do ato (como inexistência, nulidade, invalidez, terminabilidade, ineficácia), mas sobretudo sobre o tema cuja existência é envolvida como destinatário e ao mesmo tempo como sujeito cooperativo. Cf. P. GHERRI, *A autoproteção ...*, p. 325.

Ir. Elisabetta Flick, SA

Ir. Elisabetta Flick é uma Religiosa das Irmãs Auxiliadoras do Purgatório. Serviu a sua Congregação como Superiora Geral de 2002 a 2013. Desde 2014, trabalha na UISG como vice-secretária executiva e responsável do Projecto Migrantes de Sicília.

O texto foi apresentado no Laboratório de Direito Canônico da UISG, em Roma, no dia 22 de novembro de 2018.

Original em Italiano

O texto «*Para vinho novo, odres novos*», nos lembra que “A originalidade evangélica (Mc 10, 43), da qual a vida consagrada quer ser uma profecia encarnada, passa através de atitudes e escolhas concretas: o primado do serviço (Mc 1, 43- 45) e o caminho constante rumo aos pobres e a solidariedade com os pequenos (Lc 9, 48), a promoção da dignidade da pessoa em qualquer situação que se encontre a viver e a sofrer (Mt 25, 40) e a subsidiariedade como exercício de confiança mútua e de generosa colaboração de todos e com todos»¹ (31, pág. 65).

Nós já tínhamos discutido, na reunião de 2017, o tema das atitudes e escolhas que constituem a “originalidade evangélica de que a vida consagrada quer ser profecia encarnada”, a partir da perspectiva das práticas de governo relacionadas, em particular, à corresponsabilidade e à solidariedade. No encontro de hoje, retomamos o mesmo tema, em referência ao exercício do poder que, como vimos esta manhã, requer uma grande vigilância humana e espiritual para não sucumbir às tentações muitas vezes insidiosas, que nos são lembradas nas *Orientações*, em especial na segunda parte «Desafios ainda em aberto», *Serviço da autoridade e Modelos relacionais*².

Para nos ajudar a entrar nesta vigilância, no quotidiano, proponho que vocês se deixem guiar pela palavra que Jesus dirigiu aos Doze que se indignam diante da pergunta dos filhos de Zebedeu (Mateus e Marcos) e que estão discutindo para saber quem é o maior (Lc):

«Vocês sabem: aqueles que se dizem governadores das nações têm poder sobre elas, e os seus dirigentes têm autoridade sobre elas. Mas, entre vocês não deverá ser assim: quem de vocês quiser ser grande, deve tornar-se o servidor de vocês, e quem de vocês quiser ser o primeiro, deverá tornar-se o servo de todos.

Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos». (Mt 20,25-28; e também Mc 10,42-45 e Lc 22,25-27).

No Evangelho de Mateus e Marcos, Jesus dirige essas palavras a eles logo após o terceiro anúncio de sua paixão, e pouco antes de sua entrada em Jerusalém e, depois do anúncio da traição de Judas e antes de negação de Pedro, no Evangelho de Lucas. Em outros termos, essas palavras situam-se no final da vida pública de Jesus, enquanto está a caminho para realizar o último ato de exercício do poder que ele recebeu do Pai³: *dar a própria vida em resgate de muitos.*

Podemos com razão nos surpreender que, num momento tão crucial, a única preocupação dos discípulos é saber quem é o maior! E também podemos vislumbrar a distância que existe entre o desejo de caminhar até o seguimento de Jesus de Nazaré para participar de sua missão e consentir de fazer nossa a maneira que Jesus escolheu para realizá-la. Este episódio nos lembra que, como os primeiros companheiros de Jesus que compartilharam de sua vida pública e caminharam com ele, nós temos ainda e sempre muito a aprender de nos colocar em nosso lugar quando somos chamadas a um exercício de governo e de exercer o poder que nos foi conferido.

A resposta de Jesus aos Doze é clara: exercitar o poder é fazer-se servo de todos e de todas, e através dele dar a própria vida.

Além disso, devemos aprender com Ele a exercitar o poder verdadeiramente como um serviço, conscientes de que os Evangelhos não oferecem receitas predefinidas. Eles simplesmente iluminam passo a passo as atitudes, as escolhas fundamentais de Jesus que são, de certa forma, pontos de orientação para o exercício de nossa função de liderança.

Agora convido vocês a revisar as duas atividades que constituem a essência da vida pública de Jesus e que, nos Evangelhos Sinóticos, são identificadas como as áreas em que Ele exerce seu poder, poder que dá aos seus discípulos desde o início de sua vida pública⁴:

- o poder de expulsar os demônios;
- o poder de curar doenças.

1. O poder de expulsar os demônios

Os Evangelhos Sinóticos, como sabemos, abrem a vida pública de Jesus com o Batismo durante o qual Deus o designa como Filho predileto⁵, e esta narrativa é imediatamente seguida pela tentação no deserto⁶, tentação que coloca em cena o confronto que opõe Jesus ao Tentador. Esse confronto indica a maneira pela qual um Filho de Deus deve exercer o poder, para ser reconhecido como tal.

«*Se você é o Filho de Deus você...* », diz o Tentador, então você pode usar o seu poder para satisfazer imediatamente todos os desejos e se apossar de todos os reinos da terra, se você seguir o caminho que eu lhe indicar, ou seja se você se submeter ao meu poder. A recusa que Jesus opõe ao Tentador no deserto, recusa de exercer o seu poder usando-o em seu próprio interesse, se oporá, toda a vida,

às tentações que marcam seu caminho. Ele tem que resistir ao desejo da multidão para fazê-lo rei (cf. Jo 6, 14-15)⁷, à esperança dos discípulos de vê-lo libertando Israel, ou seja de derrubar o poder do ocupante e restaurar o reino de Israel (cfr Lc 24, 21)⁸. Esta esperança, expressa pelos discípulos de Emaús depois da sua morte, tem estado com eles durante toda a sua vida pública, impedindo-os de permitir de vê-lo tomar o caminho que o conduzia à Paixão e à morte e tornando-os um obstáculo em seu caminho, como ele revela o episódio que segue imediatamente a profissão de fé de Pedro em Cesaréia⁹. Logo após esta profissão, de fato, toma lugar no 1º anúncio da paixão, e este anúncio provoca uma recusa categórica por parte de Pedro che *«levou-o à parte e procurava dissuadi-lo»* e uma rejeição igualmente categórica da parte de Jesus, que revela o trabalho do Tentador em Pedro:

«Afastese de mim, Satanás! Você me faz tropeçar, porque seus sentimentos não são os de Deus, mas os dos homens». Até na cruz, onde a figura do Tentador se ergue atrás da multidão e dos notáveis religiosos, Jesus ainda e sempre escolhe de não exercer o poder em seu benefício: *«As pessoas que passavam por aí, o insultavam, balançando a cabeça, e dizendo: Você que pode destruir o templo e reconstruí-lo em três dias, salve-se a si mesmo! Se você é o Filho de Deus, desça da cruz!»* Da mesma forma os sumos sacerdotes, junto com os doutores da Lei e os anciãos, também zombavam de Jesus, dizendo: *“A outros ele salvou,...A si mesmo não pode salvar! Se é o rei de Israel, desça agora da cruz, e acreditaremos nele”»* (Mt 27,39-42 e também Mc 15,29-32).

O fato de a vida pública de Jesus iniciar e concluir com as tentações sobre o modo como exerceu seu poder como Filho de Deus ressoa como um apelo constante e um convite para reconhecer que, em todo exercício de poder, está sempre presente a tentação e a possibilidade do abuso de poder que é sempre, de uma forma ou de outra, o uso do poder em benefício próprio. E basta abrir um jornal e fazer um pouco de história para ver que, de fato, em vários países, «os líderes das nações as mantêm sob seu poder e os grandes sob seu domínio». Nós também devemos reconhecer que, também na Igreja e na vida religiosa, os abusos de poder estão bem presentes, o que evidencia a importância de ousar enfrentar as tentações que nos habitam para poder rejeitá-las, ou seja de exercer o poder que Jesus confere aos seus discípulos de expulsar os demônios.

Os *«Desafios ainda abertos»* que compõem a segunda parte das *Orientações*¹⁰ também poderiam ser lidos como as tentações a que devemos resistir para evitar cair nos abusos de poder. E, sem dúvida, poderia ser frutífero reservar um tempo para reler essas páginas, ousando afrontar, com coragem e humildade, as tentações que nos habitam e às quais, talvez, também tenhamos uma vez ou outra cedido, no exercício do poder que nos foi confiado. Isso não para entrar em desolação, nos culpar ou desencorajar (o que seria uma nova tentação), mas sim para rejeitá-las com a ajuda de Deus e de nossos irmãos e irmãs.

Alegro-me em poder recordar brevemente, nesta sessão, os riscos de abuso de poder ligados ao fundamento da escolha de vida que fizemos: de seguir a Cristo numa Congregação; escolha de vida caracterizada pelos votos de obediência, pobreza e castidade.

No nº 20 das *Orientações*, ao recordar alguns institutos recentemente fundados, menciona-se «*episódios e situações de manipulação da liberdade e da dignidade das pessoas. Não apenas reduzindo-as a uma dependência total, que mortificava a dignidade e até mesmo os direitos humanos fundamentais; mas até induzindo-as, com vários abusos e com fidelidade aos planos de Deus mediante o carisma, a uma submissão que também afetava a esfera da moralidade e até da intimidade sexual. Com grande escândalo para todos, quando os fatos vêm à luz*¹¹». Nenhuma pessoa que exerce um poder, seja a nível local, provincial ou geral, está a salvo da tentação de manipular para conseguir o que deseja.

- **A propósito do voto de obediência:** normalmente, na vida religiosa, fazer voto de obediência significa consentir livremente em se reunir para colocar-se à escuta do Espírito e discernir como realizar nosso desejo de dar a vida no seguimento de Cristo. É uma escuta «em conjunto», o que significa que aqueles que exercem o poder consentam, da mesma forma que os outros membros da congregação, a praticar essa escuta obediente de cada um dos membros.

O abuso de poder nunca está longe, quando, por negligência, medo de confronto ou perda de autoridade, ou pela certeza de deter a verdade, aqueles que exercem o poder se contentam em informar sobre as decisões que tomaram, ou pior ainda dão a ordem de fazer isto ou aquilo, sem tomar o tempo necessário para um diálogo que “escuta” em profundidade. Ou ainda, quando de maneira mais sutil, há apenas uma aparência de diálogo “que escuta” em profundidade, já que o objetivo é de mostrar ao outro que o único caminho possível é aquele que já foi decidido. Esta demonstração pode assumir a forma de manipulações espirituais e afetivas (apelo à disponibilidade, ao reivindicar o saber a priori a “vontade de Deus” da qual, quem exerce o poder, acredita ser o único intérprete autêntico/a...), ambas são abusos de poder.

As Orientações nos alertam sobre o fato que «*quem exerce o serviço de autoridade sem a paciência da escuta e acolhida da compreensão, coloca-se numa condição de escassa autoridade com relação aos próprios irmãos e irmãs. Com efeito ‘a autoridade do superior religioso deve caracterizar-se pelo espírito de Cristo, que não veio para ser servido, mas para servir’*¹²».

Ora, a maneira de servir de Jesus é caracterizada pelo respeito total da liberdade do outro. Nos Evangelhos, numerosos episódios afirmam esta liberdade de escolher, de decidir e de assumir a própria liberdade que Jesus deixa aos que encontra. Recordemo-nos do episódio com a Samaritana, com a mulher adúltera, da cura do cego de nascença, no Evangelho de São João (4, 1-42 ; 8, 1-11 ; 9, 1-41), assim como o encontro com o jovem rico (Mt. 19, 16-22 ; Mc 10, 17-22 ; Lc 18, 18-23), dele os Evangelhos nos dizem que Jesus o amava, mas o deixa partir, respeitando a sua liberdade de escolha ainda que esta escolha o deixasse «verdadeiramente triste».

À luz desses relatos evangélicos e o que dizem as *Orientações*, pode ser interessante ver como, em nossas recentes decisões, temos praticado a

escuta obediente e respeitosa da liberdade das pessoas em causa e como as pessoas envolvidas têm praticado essa mesma escuta obediente e esse mesmo respeito pela nossa liberdade.

- **A propósito do voto de pobreza:** aqui também, como ao voto de obediência, na vida religiosa, fazer voto de pobreza significa consentir livremente de compartilhar os recursos que temos. Esses recursos compartilhados não dizem respeito apenas aos bens materiais, mas também aos recursos espirituais, culturais, intelectuais, manuais e relacionais... Sabemos bem que o compartilhar é um lugar particularmente sensível no exercício do poder e que uma real 'partilha' nunca é definitivamente realizada. Há sempre o risco de transformar o compartilhar, sinal de partilha e de comunhão (ver Atos 2, 42-47¹³), em dependência que não respeita nem a dignidade nem a liberdade das pessoas. Não é tão certo que em nossas congregações e dentro delas, em cada uma de nossas comunidades, «a distribuição de bens seja sempre feita com respeito à justiça e à corresponsabilidade»¹⁴, como exigem as orientações, que aqui também alertam sobre o fato de que «em alguns casos há quase um regime que trai os fundamentos indispensáveis da vida em fraternidade, enquanto 'a autoridade é chamada a promover a dignidade da pessoa'. Não podemos aceitar um estilo de gestão em que a autonomia econômica de alguns corresponda à dependência de outros, minando assim o sentimento de pertença recíproca garantia de justiça mesmo no reconhecimento da diversidade de papéis e serviços»¹⁵.

Se este aspecto prende nossa atenção sobre a dimensão econômica como um lugar onde os riscos de abusos de poder são importantes - da parte das superiores e das ecônomas em particular, ocorre ter em mente todos os recursos que, se cuidados com zelo por aquelas que os receberam, podem ser usados para exercer um domínio sobre as outras e torná-las dependentes¹⁶.

Aqui, poderia ainda ser interessante ver se e como, no exercício do poder que é o nosso, estejamos verdadeiramente ao serviço do 'compartilhar' todos os nossos recursos.

- **A propósito do voto do celibato:** como para os votos de obediência e pobreza, na vida religiosa, o voto do celibato, significa livremente fazer da congregação a família na qual somos convidadas a construir relações fraternas / sororais. A construção dessas relações, como a de todas as relações humanas e humanizantes, é caracterizada pela castidade, isto é, pelo respeito à liberdade inalienável de cada pessoa. As dolorosas revelações às quais a Igreja atualmente se confronta, destacam numerosos abusos de poder que questionam seriamente o voto do celibato e a castidade das relações, e não apenas no nível sexual. Como observa o número 20 das *Orientações*, já mencionado, a castidade das relações é amplamente questionada, tanto na vida comunitária quanto na missão, com práticas «de manipulação da liberdade e da dignidade das pessoas» que, levam progressivamente «a uma dependência total que mortifica a dignidade e até os direitos fundamentais» e «a uma submissão que atinge a esfera da moralidade e até da intimidade sexual»¹⁷.

Mais do que nunca, no contexto atual, somos convidadas à vigilância para ver como e se nosso modo de exercer o poder está ao serviço da construção de relações fraternas humanizantes que respeitam a dignidade e a liberdade de cada um e de cada uma das pessoas.

Se me permiti lembrar desses riscos de abuso de poder, dos quais imagino que cada um e cada uma de nós tenha feito experiência, em um ou outro momento de sua vida religiosa, e carrega as cicatrizes das feridas causadas por isso, certamente não é para que nos desencorajemos ou nos culpemos, mas simplesmente para ajudar a situar-nos no nosso lugar, ousando enfrentar as tentações que vivemos e nos lembrar que Jesus as enfrentou antes de nós e nos deu o poder de rejeitá-las. Ao segui-lo e com Ele, recebemos o poder de expulsar os demônios, aprendendo, dia após dia, através de nossos sucessos e fracassos, a cumprir nossa tarefa de liderança como um serviço em benefício de todas (bem comum) e de cada uma e cada um (bem particular). Fazendo isso, com a graça de Deus, nós responderemos modestamente ao apelo que o Papa Francisco dirigiu *«a todas as comunidades do mundo [para] pedir especialmente um testemunho de comunhão fraterna que se torna atraente e brilhante. Que todos possam admirar como vocês cuidam uns dos outros, como vocês se encorajam mutuamente e como vocês se acompanham»*¹⁸.

2. O poder de curar os doentes

No Evangelho segundo São Mateus, para os Doze que envia missão, Jesus diz: *« Durante o caminho, proclamem que o Reino de Deus está próximo. Curem os doentes, ressuscitem os mortos purifiquem os leprosos, expulsem os demônios. De graça receberam, de graça deem »*. (Mt 10,7-8).

E à pergunta de João Batista sobre a sua identidade: *« És tu 'aquele que há de vir' ou devemos esperar um outro? »*, Jesus responde: *« Vão, digam a João aquilo que vocês veem e escutam: os cegos recuperam a vista e os coxos caminham, os leprosos são purificados e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e a Boa Nova é anunciada aos pobres »* (Mt 11,2-5).

Se fizéssemos uma leitura contínua dos Evangelhos, poderíamos constatar, por um lado, que são numerosas as narrativas das curas e da expulsão dos demônios; e, por outro lado, que a maioria das curas descritas são aquelas de pessoas cegas, paralíticas, surdas e mudas, afetadas pela lepra¹⁹.

Nós, como os primeiros discípulos, essas curas, que são um dos sinais visíveis de que o Reino de Deus está próximo, recebemos a missão de realizá-las. Isso é parte integrante da tarefa de liderança que nos foi confiada. É evidente que não temos o poder de curar os doentes fisicamente, mas podemos, escutando suas histórias, sentir o convite para sarar e curar o que, em nós e nos outros, é cego, aleijado, é surdo e mudo, está atingido pela lepra.

A quais atitudes essas histórias de curas nos convidam a exercer o poder como serviço? As atitudes não são muito diferentes daquelas que eu havia evocado em 2017, quando abordava o tema da prática evangélica de governo, mesmo que agora as expresse um pouco diversamente:

- **Fazer-se próximas umas das outras:** na maior parte das narrativas de curas, Jesus é um caminho e se deixa aproximar pela pessoa doente, seja vindo sozinha até ele ou sendo trazida por outros até ele²⁰. Ele se deixa aproximar também por pessoas afetadas pela lepra, a ponto de tocá-las, e de se deixar tocar, o que o torna impuro, e o obriga, como estes leprosos, a ficar fora da cidade²¹.
- Se queremos curar e ser curadas, não há outra maneira senão consentir de nos aproximar umas das outras, incondicionalmente. Ninguém pode ficar sem atenção e cuidado na beira da estrada. Nós poderíamos nos perguntar quais são os membros de nossa congregação que corremos o risco de excluir da nossa atenção e de nossos cuidados, porque estão paralisados em suas certezas, seus hábitos e / ou a reputação que lhes têm sido atribuída a... ou porque estão cegos por suas próprias convicções, seus preconceitos..., ou porque não podem expressar sua opinião e / ou escutar a dos outros.... E, a partir daqui, buscar juntas como permitir-lhes de retomar a caminhada, em vez de deixá-los sentados na beira da estrada.
- **Ajudar cada pessoa a expressar seu desejo de cura:** poderia nos surpreender ouvir Jesus perguntar às pessoas cegas que imploram que ele tenha misericórdia delas: « o que você quer que eu faça por você? » (Mt 20,32), embora a resposta possa parecer óbvia para nós. Além do espanto, podemos tentar ouvir o convite que nos é dirigido e que poderia ser resumido da seguinte forma: não acredite que você saiba melhor do que as próprias pessoas o que elas desejam profundamente, do que sofrem, do que nelas há necessidade de cuidado e de cura.

Em outras palavras, aproveitamos o tempo para conversar e escutar umas às outras, para que possamos encontrar juntas os remédios para as doenças que nos consomem. Tomemos o tempo para deixar que se revele, no diálogo e na oração, o que nos impede pessoalmente, na comunidade, na província, na congregação, de construir essa comunhão “sororal” e fraterna entre nós, que se torne *atraente e luminosa*²²: a paralisia que nos impede de avançar (medos, suspeitas, falta de confiança em si mesmo e nos outros...); a cegueira que nos impede de ver (fechamento no « nosso mundinho », crenças intangíveis, preconceitos...); a surdez e / ou a mudez que nos impedem de entrar nessa relação de amor verdadeiro e profundo entre nós, relação que é sinal de reconhecimento dos discípulos de Cristo: « *Se vocês tiverem amor uns para com os outros, todos reconhecerão que vocês são meus discípulos. A partir disso reconhecerão que vocês são meus discípulos* » (Jo.13, 35), uma relação de amor verdadeira e profunda, que encontra expressão plena no gesto de lavar os pés, que precede essas palavras de Jesus.

- **Não criar dependência:** o respeito pela liberdade, que já discutimos na primeira parte, também é praticado em relatos de cura. Jesus, uma vez que realiza a cura, deixa a pessoa ir sem exigir nada, exceto a discrição, que nem sempre é respeitada, e a observação que é a Deus que devemos expressar nossa gratidão e reconhecimento²³.

Ao contrário de alguns médicos que são tentados a tomar decisões no lugar dos pacientes, tomemos tempo para escutar o apelo evangélico de não tornar dependentes de nós aqueles/as que temos a missão de cuidar.

Isso requer um grande trabalho sobre si mesmo e com os outros. Trata-se de, de fato, *dar de graça* o que de *graça recebemos*, sem esperar nada em troca, correndo o risco de parecer « *insensatos/as* » aos olhos dos outros, seguindo o exemplo de Jesus de Nazaré, que se doa inteiramente àqueles que vêm a ele ou o encontram na estrada, a ponto de « *os parentes irem buscá-lo. Porque, diziam, 'ele está fora de si'* » (Mc 3, 20-21). Recordemos que, se desejamos exercer o poder como serviço no seguimento de Jesus, é loucura, « *a loucura de Deus é mais sábia do que os homens e a fraqueza de Deus é mais forte que os homens* » (1Cor 1, 25).

Conclusão

Como conclusão, gostaria de evocar a terceira atividade de Jesus de Nazaré durante sua vida pública: proclamar a vinda do reino de Deus (cfr Mt 10,7) ou, em outras palavras, anunciar a Boa Nova aos pobres (cfr Mt 11,5). Esta atividade, da qual o poder de expulsar os demônios e de curar, são manifestações concretas, está na base de sua vida e missão, como Ele mesmo disse, tornando sua a passagem das Escrituras de Isaias: « *O Espírito do Senhor está sobre mim, pois me ungiu para anunciar a boa nova aos pobres. Ele me enviou a proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista ; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor* » e acrescentou « *Hoje se cumpriu esta passagem da Escritura, que vocês acabam de ouvir* » (Lc 4, 18-19 ; 21).

Toda a vida de Jesus pode resumir-se nesta única proclamação em palavras e gestos que testemunham o amor incondicional de Deus, seu Pai e nosso Pai, para cada um e cada uma de nós, desde a origem até a Eternidade.

E é esta mesma missão que Ele confiou aos primeiros discípulos desde o início de sua vida pública e que confiou novamente após a sua ressurreição:

« *Então, Jesus se aproximou, e falou: Toda a autoridade foi dada a mim no céu e sobre a terra. Portanto, façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo e ensinando-os a observar todas as coisas que eu tenho ordenado a vocês. Eis que estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo* ». (Mt 28, 18-20 ; cfr. também Mc 16, 15 ; Jo 20, 21 ; At 1, 8).

Se este envio em missão foi dirigido aos doze, não esqueçamos todavia, que o primeiro envio em missão, realizado pelo Ressuscitado, dirigiu-se às mulheres que foram suas companheiras de caminhada, que nunca o abandonaram. São elas as primeiras a quem Jesus se manifesta e tornam-se, assim, as primeiras enviadas em missão para anunciar a Boa Nova da ressurreição.

Ao seguimento das mulheres e ao seguimento dos doze e dos primeiros discípulos, cada um/a de nós recebeu, com o batismo, essa mesma missão e o poder de realizá-la, com a certeza da presença de Cristo ao nosso lado « *todos os*

dias, até o fim dos tempos », mesmo em momentos de dúvida e desânimo, que compartilhamos com os primeiros discípulos, como testemunham os relatos evangélicos do envio em missão.

Nos momentos em que nos parece que a missão confiada é impossível de realizar, ou o fardo se torna pesado demais para carregar, permitamo-nos de nos voltar para Cristo e ouvir o que ele nos diz: « *Venham para mim todos vocês que estão cansados de carregar o peso do seu fardo, e eu lhes darei descanso. Carreguem a minha carga e aprendam de mim, porque sou manso e humilde de coração, e vocês encontrarão descanso para suas vidas. Porque a minha carga é suave e o meu fardo é leve* » (Mt 11, 28-30).

¹ CIVCSVA, *Para vinho novo, odres novos, Orientações*, Libreria Editrice Vaticana, 2017, 31, p. 65.

² Id. 19 à 28, p. 47-61.

³ Cfr. Jo. 5, 19 e ss: « *Em verdade, em verdade, lhes digo, o Filho não pode fazer nada por sua própria conta; ele faz apenas o que vê o Pai fazer.* »

⁴ « *Chamados aos doze discípulos, Jesus deu-lhes o poder de expulsar os espíritos maus e de curar todo o tipo de doença e enfermidade* » (Mt 10,1); « *Escolheu doze, para que estivessem com Ele e pudesse enviá-los a pregar com o poder de expulsar os demônios* » (Mc 3, 14); « *Jesus, chamando a si os Doze, deu-lhes o poder e a autoridade de expulsar todos os demônios e de curar as doenças; depois os enviou a anunciar o Reino de Deus e a curar os doentes* » (Lc 9, 1-2).

⁵ « *E eis que uma voz veio do céu que dizia : "ste é meu filho amado no qual coloco toda a minha afeição* » (Mt 3, 17) ;

« *Uma voz veio dos céus: "Tu és meu Filho amado ; em ti me comprazo* » (Mc 1, 11) ; « *Uma voz veio do céu: 'Tu é meu filho amado, hoje eu te gerei* » (Lc 3, 22).

⁶ Mt 4, 1-11 ; Mc 1, 12-13 ; Lc, 4, 1-13.

⁷ Jo 6,14-15 : « *Visto o sinal (a multiplicação dos pães) que tinha feito, as pessoas diziam : 'Este é verdadeiramente o profeta que deve vir ao mundo'. Mas Jesus, sabendo que queriam fazê-lo rei, retirou-se novamente, sozinho, no monte.* ».

⁸ Lc 24, 21 : « *Esperávamos que fosse Ele a libertar Israel.* ».

⁹ Mt. 16, 22-23 ; Mc 8, 31-33.

¹⁰ CIVCSVA, *Para vinho novo, odres novos, Orientações*, n°11 à 28, p. 33-61.

¹¹ Id. n°20, p. 50.

¹² Id. n°21, p. 51.

¹³ Act. 2, 42-44 : « *Eram assíduos na escuta do ensinamento dos apóstolos e na união fraterna, na fração do pão e na oração [...] Todos os que abraçavam a fé viviam unidos e colocavam em comum todas as coisas, quem tinha propriedades vendiam-nas e repartiam o dinheiro entre todos, segundo as necessidades de cada um.* »

¹⁴ Id. n°27, p. 59.

¹⁵ Id. n°27, p. 59-60.

¹⁶ Id. n°40, p. 75 : « *Sejamos vigilantes para que a diferença entre as consagradas que servem no serviço de autoridade (nos vários níveis), ou que têm a função da administração dos bens (em todos os níveis) e as Irmãs que delas dependem não se tornem fonte de sofrimento devido à disparidade e autoritarismo. Isso sucede quando as primeiras desenvolvem maturidade e projeção, enquanto as outras são privadas inclusive das formas mais elementares de decisão e de desenvolvimento dos recursos pessoais e comunitários.* »

¹⁷ Id. n°20, p. 50.

¹⁸ Francisco, Es. Ap. *Evangelii gaudium* (24 novembro de 2013), 99; citado em *Para vinho novo, odres novos*, n°24, p. 55.

¹⁹ Narrativas da cura do leproso : Mt 8, 1-4 (cfr. anche Mc 1, 40-45 ; Lc 5, 12-16) ; Lc 17, 11-19.

Narrativa da cura do paralítico: Mt 9, 1-8 (cfr. anche Mc 2, 1-12 ; Lc 5, 17-26) ; Mt 12, 9-14 (cfr. anche Mc 3, 1-6; Lc 6, 6-11).

Narrativas da cura dos cegos: Mt 9, 27-31 ; Mt 20, 29-34 ; Mc 8, 22-28 ; Mc 10, 46-52 (cfr. também Lc 18, 35-43).

Narrativas da cura dos surdos e/ou de

mudos : Mt 9, 32-34 et 12, 22-24 (cfr. anche Lc 11,14-15) ; Mc 7, 31-37.

²⁰ « *Quando Jesus desceu do monte, a multidão o seguia. E eis que um leproso se aproximou...* » (Mt 8, 1-2) ;

« *Jesus subiu numa barca, passou para a outra margem e chegou à cidade. E levaram a ele um paralítico...* » (Mt 9, 1-2) ;

« *Quando Jesus saiu dali, dois cegos o seguiram, gritando: Tem piedade de nós, 'Filho de Davi' »* (Mt 9, 27-28) ;

« *Quando já tinham saído os dois cegos, levaram a Jesus um mudo que estava possuído pelo demônio...* » Mt 9, 32 ;

« *Quando estavam saindo de Jericó, uma grande multidão seguia Jesus. Dois cegos estavam sentados à beira do caminho. Ouvindo dizer que Jesus estava passando, começaram a gritar: 'Senhor, filho de Davi, tem piedade de nós!' ... »* (Mt. 20, 29-30).

²¹ Jesus não podia mais entrar publicamente numa cidade, mas ficava fora, em lugares desertos. E de toda a parte as pessoas iam procurá-lo» (Mc 1, 45).

²² Francisco, Ep. Ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 99; citado em *Para vinho novo, odres novos*, n°24, p. 55.

²³ « *Então Jesus lhe disse: 'Não conte isso a ninguém! Vá pedir ao sacerdote para examinar você, e depois faça a oferta que Moisés mandou, a fim de que seja um testemunho para eles.* » (Mt 8, 4 e também Mc 1, 44 e Lc 5, 14) ; « *Mas o homem foi embora e começou a pregar e a espalhar a notícia* » (Mc 1, 45) ; *Jesus recomendou-lhes com insistência que não contassem nada a ninguém. No entanto, quanto mais ele recomendava, mais eles pregavam.* » (Mc 7, 36).

ORAÇÃO NO CORAÇÃO DO CAPÍTULO

P. David Glenday, MCCJ

Pe. David Glenday, é missionário comboniano e ex-secretário geral da União dos Superiores Gerais (USG).

Essas reflexões foram dirigidas pelo Padre David Glenday às Irmãs Missionárias da Imaculada (PIME) durante o dia de oração em preparação de seu XI Capítulo Geral (Nemi, 06/09/2018).

Original em inglês

Primeira reflexão

Quero começar lendo um texto do Evangelho com o qual vocês podem permanecer durante todo o dia. O prólogo do Evangelho de São João (1). “No começo era a Palavra A Palavra se tornou carne e habitou entre nós e nós vimos a sua glória... Cheia de graça e verdade ... É Deus quem o tornou conhecido”. De fato, vocês também estão no prólogo do Capítulo Geral!

O que eu gostaria de compartilhar com vocês e é central é um *encorajamento*. E este encorajamento é: viver o Capítulo como um *dom da oração*. Viver a oração como o próprio coração do Capítulo, não apenas como uma preparação muito essencial, nem meramente como acompanhamento essencial, mas como oração que parte de onde nascem os nossos Capítulos, de onde são gerados os Capítulos, de onde as decisões e orientações do Capítulo são concebidas. Oração como o lugar onde o Capítulo encontra coragem, esperança, força, imaginação, criatividade. A oração como o lugar para o qual o Capítulo conduzirá nossa família missionária. Oração como destinação. Nossa família missionária será uma família mais orante em consequência de nosso Capítulo? Será que nós, como família, seremos mais contagiosos através de nosso espírito orante? Pela oração, atrairemos mais pessoas? Uma pergunta que vocês poderiam fazer a respeito da oração seria: Como este Capítulo pode ser uma graça de oração para mim? Cada uma foi chamada para o Capítulo. De que maneira isso significa que você foi chamada à oração? Talvez, também em oração, vocês possam ter revisto sua caminhada desde que souberam que viriam ao Capítulo: Que diferença fez o Capítulo em sua vida? Enriqueceu e desafiou sua vida de oração? Gostaria de considerar o dom da oração que nos é dado durante um Capítulo, ajudando a refletir sobre uma breve e simples pergunta e resposta a três questões: o *como*, o *o quê* e o *onde* o dom da oração no Capítulo.

O como

Como podemos rezar quando rezamos o Capítulo? Para começar, recomendo a passagem de Filipenses 2,13 onde Paulo diz muito simplesmente, *Deus está trabalhando em você!* Nossa oração, em primeiro lugar, é Deus trabalhando em nós. O convite, a iniciativa, o chamado, a atração, a persistência é dele. Neste momento, em sua vida e no Capítulo, como vocês reconhecem que Deus está trabalhando em vocês? Deus o jardineiro, Deus o construtor, Deus o oleiro, Deus o arquiteto. Eu penso que esta convicção, esta fé que Deus está trabalhando em mim pode gerar algumas coisas belas em nossa oração: Primeiramente, *paz, serenidade*. Em primeiro lugar, a oração é o trabalho de Deus. A oração é o que Deus está fazendo. No Capítulo, também, Deus está trabalhando! Então, comecemos o Capítulo com esta convicção, esta verdade, esta experiência que diz “confiem, estejam em paz... pois o Senhor está envolvido. O Senhor ama sua família missionária, valoriza sua família e mantém sua família viva. Confiem em sua ação. Deus está trabalhando em vocês “dando a vontade e a ação”. *Um segundo fruto de Deus atuando em nós é o da atenção*. A atenção é uma condição, um modo de ser. Estarmos atentos, prestar atenção. Devemos nos perguntar: Senhor, o que você está fazendo? A atenção muitas vezes precisa de algum silêncio, externo e interno. *Uma terceira atitude, que pode ser gerada pelo trabalho de Deus em nós, é a Missão*. A missão nasce da oração. “*Sem mim, vocês não podem fazer nada!*” Deus está trabalhando em nós. Quando estivermos atentos a Ele, descobriremos que também estamos envolvidos no trabalho. O Deus que encontramos na oração é um Deus que trabalha. Será natural se a nossa oração nos dispuser, nos convencer a trabalhar e ver a missão como um privilégio fabuloso. Deus, o Criador do universo, nos pede para colaborar com ele!! Nós nunca nos surpreenderemos o bastante com isso. *“O como” rezar o Capítulo envolve uma profunda paz, atenção e disponibilidade para a missão*.

O o quê

Temos o dia todo para encontrar a resposta para essas perguntas. Aqui apresento a minha. Rezamos no Capítulo para que o Evangelho possa acontecer aqui. Há uma frase em Spe Salvi (2) que afirma: *O Evangelho não é apenas informativo, mas performativo ... isso significa que o Evangelho não é meramente uma comunicação de coisas que podem ser conhecida. O Evangelho é aquela comunicação que faz as coisas acontecerem e que muda a vida. O Evangelho faz as coisas acontecerem e muda a vida*. Querer rezar o Capítulo significa que queremos ouvir o Evangelho aqui e agora de tal maneira que algo acontece - graças ao Evangelho - e nossas vidas são mudadas. Em outras palavras, o Capítulo pode ser um evento evangélico. Rezamos para que o Evangelho aconteça aqui e agora. Gostaria de mencionar três verbos: 1. Deixemos o Capítulo *celebrar* o Evangelho! Saboreemos a vida de nossas Irmãs. Somos chamados a viver a fase dos relatórios com corações agradecidos. Celebremos a beleza do carisma. Contemplemos os frutos do Espírito em si mesmos. Que haja muita gratidão em sua oração, talvez uma gratidão inesperada. O Espírito pode nos levar a lembrar até as coisas que esquecemos ou que desejamos esquecer. Um bom Capítulo, como todas as boas

decisões, nascerá da gratidão. Mencionemos Inácio de Loyola pelo menos uma vez: *boas decisões nascem do consolo, da consciência de que há algo muito real para celebrar*. Celebremos e Escutemos. O que o Espírito está falando à Congregação? O primeiro privilégio que um Capítulo tem é o de proclamar o Evangelho à Congregação. É quase inevitável que o escutar, durante o Capítulo, tenha seus momentos dolorosos. No entanto, é a dor do crescimento. Até mesmo nossos ouvidos e corações podem sofrer um pouco de dor crescente. O Espírito Santo geralmente não está inclinado a gritar. O Espírito Santo parece preferir falar em voz baixa. Então, escutar é importante. Em terceiro lugar, *testemunhar*: somos chamados a ser transformados. Citando o Papa Francisco, “Eu sou missão” neste mundo (EG 273). O que somos é o que importa. Deixemos que o Evangelho aconteça. Que Evangelho o Senhor deseja que nós sejamos? Aqui é apropriado fazer soar uma nota de esperança para a graça de Deus: a história passada nunca é uma prisão, nunca é uma corrente, nunca um condicionamento absoluto. Pode ser bom recordarmos Jeremias (29,11): *‘Eu conheço os planos que tenho para você. Planos de bondade e prosperidade. Eu te darei um futuro e uma esperança’*. Estas são palavras escritas quando as pessoas estavam no exílio. Se rezarmos o Capítulo, como vamos rezá-lo? O que vamos rezar? Onde podemos nos encontrar rezando?

O Onde

Nesse ponto, recomendo que vocês rezem João 1. João 1 está dizendo que, se vocês querem essa graça, devem procurá-la aqui, esperá-la aqui. O que é este aqui? Mencionarei dois “aqui”: a *carne* e o “*tudo*”.

“*O Verbo se fez carne*” (1,14). Que bênção é ser fraco! O jesuíta francês, Michel de Certeau, falou sobre como as “tentações são um privilégio do povo escolhido”. O tipo de oração que estamos falando aqui é o tipo de oração que diz que somos fracos. Talvez a fraqueza seja o lugar onde o Senhor esteja esperando por nós. Não fiquem irritadas quando descobrirem os seus limites. Esta manhã, lemos o Evangelho da mulher Samaritana. Santo Agostinho, ao pregar esta passagem, fez a seguinte pergunta: “Por que Jesus esperou a mulher junto a um poço?” Ele a esperou junto a um poço porque um poço é um grande buraco negro. Quando caírmos no maior buraco negro, Ele estará lá. Jesus estava cansado...

Outro ponto de encontro que João enfatiza no prólogo é “*tudo*”. Verifique quantas vezes a palavra “tudo” é citada no prólogo. Qual será o “*tudo*” dos nossos Capítulos? Aqui estou falando de abrir nossos corações. Estamos falando de uma *visão global*. Como este “tudo” estará presente em nossas opções missionárias? Como permitir que as situações missionárias nos falem? Como permitir que o nosso Carisma Ad Gentes cresça? Carne, tudo e graça. Graça e crescimento. “De sua plenitude todos nós recebemos graça sobre graça”. Talvez rezar o Capítulo signifique reconhecer pontos-chave de crescimento na graça, que os Capítulos vão querer compartilhar com as Irmãs. Talvez signifique levar a sério o crescimento de cada Irmã, acreditando na possibilidade desse crescimento. O carisma é graça. Se é graça, cresce. O Capítulo é permitir que o carisma cresça, se desenvolva.

Também é importante acreditar que o Capítulo será um crescimento pessoal para mim também!

Permitam-me concluir com as últimas linhas de EG 11: *“Como Santo Ireneu escreve, com a sua vinda, Cristo trouxe consigo toda a novidade. Com essa novidade, ele é sempre capaz de renovar nossas vidas e nossas comunidades. Mesmo que a mensagem cristã tenha conhecido período de escuridão e fraqueza, ela nunca envelhecerá. Jesus é sempre capaz de romper as categorias enfadonhas que usamos para aprisioná-lo... Quando nos esforçamos para retornar à fonte, novas avenidas chegam...”*

Segunda reflexão

Espero que o tempo da manhã tenha permitido que vocês, de alguma forma, tenham sido levadas à oração que o Senhor reservou para vocês. Espero que o que compartilharei agora acompanhe o que foi dito. Este dia de silêncio é um poço do qual precisaremos retirar água. Este é um tempo precioso para o Capítulo. Início lendo o Evangelho que propus para a reflexão e oração, João 4, 43-54.

E, dois dias depois, partiu dali e foi para a Galileia. Porque Jesus mesmo testemunhou que um profeta não tem honra na sua própria pátria. Chegando, pois, à Galileia, os galileus o receberam, porque viram todas as coisas que fizera em Jerusalém no dia da festa; porque também eles tinham ido à festa. Segunda vez foi Jesus a Caná da Galileia, onde da água fizera vinho. E havia ali um oficial do rei, cujo filho estava enfermo em Cafarnaum. Ouvindo este que Jesus vinha da Judeia para a Galileia, foi ter com ele e rogou-lhe que descesse e curasse o seu filho, porque já estava à morte. Então, Jesus lhe disse: Se não virdes sinais e milagres, não creereis. Disse-lhe o oficial: Senhor, desce, antes que meu filho morra. Disse-lhe Jesus: Vai, o teu filho vive. E o homem creu na palavra que Jesus lhe disse e foi-se. E, descendo ele logo, saíram-lhe ao encontro os seus servos e lhe anunciaram, dizendo: O teu filho vive. Perguntou-lhes, pois, a que hora se achara melhor; e disseram-lhe: Ontem, às sete horas, a febre o deixou. Entendeu, pois, o pai que era aquela hora a mesma em que Jesus lhe disse: O teu filho vive; e creu ele, e toda a sua casa. Jesus fez este segundo milagre quando ia da Judeia para a Galileia.

Podemos ver neste Evangelho a graça de um *encontro*. Nós também podemos falar deste modo de um Capítulo Geral! Em primeiro lugar, um encontro com o Senhor: Sabemos que podemos encontrar o Senhor aqui e também desejamos encontrá-lo em nome de nossas Irmãs.

Talvez possamos conversar com o Oficial do rei (João 4,43s) e perguntar-lhe: Querido Oficial Real, o que significou para você encontrar Jesus? O que aconteceu na sua vida? Talvez a primeira coisa que ele possa compartilhar conosco seja “quando conheci Jesus, conheci um homem *em movimento*”. Eu sugiro que vocês releiam o Evangelho e observem quantos verbos de movimento existem nesta passagem. Judéia, Samaria, Galiléia, *um homem em movimento*. No Evangelho de João, Jesus é um missionário. Um encontro autêntico com Jesus é um encontro

com um missionário. Em nossa oração, podemos nos perguntar: *em minha vida, o que significa conhecer Jesus, o homem em movimento, o homem a caminho?* É muito óbvio que Jesus, o homem em movimento, está carregando um vírus altamente infeccioso, que uma vez que começamos a interagir com esse homem em movimento, descobrimos que também estamos em movimento, como pudemos ver no relato da mulher Samaritana os próprios samaritanos, os próprios discípulos, embora um pouco atrasados. Todos nós aqui fomos assim “infectados”, senão não estaríamos aqui. Nós, quanto somos capazes de infectar outras pessoas de fé? Isto é gerar testemunho missionário. Somos um grupo diverso e somos o ícone do que acontece ao encontrar o homem Jesus, o homem em movimento. Poderíamos rezar com um sentimento de gratidão, mas também dizendo, talvez com um pouco de medo, “Jesus, como você quer que a gente se mova?” Que você queira que nos movamos não colocamos em questão. Com certeza quer que nos coloquemos em movimento! É raro encontrarmos uma passagem bíblica em que Jesus diz às pessoas para ficar onde estão. Há uma bela versão neste texto, versículo 50b: “*o homem acreditou na palavra que Jesus lhe dissera e partiu*”. Não seria ótimo se nossos Capítulos pudessem dizer: “Esta é a Palavra que ouvimos, acreditamos e esta é a caminho sobre o qual a Palavra nos colocou”. Também seria maravilhoso se cada uma de nós pudesse dizer o mesmo. Esta é a Palavra em que confiei e esta é o caminho sobre a qual ela me colocou.

Se continuarmos conversando com o oficial e dissermos: “Então, você partiu nesta caminhada. Por quê? “O Evangelho nos diz que foi porque ele deixou a *carne* ser uma palavra para ele. Na carne de Jesus, ele ouviu uma palavra que lhe permitiu confiar. Parece-me que esta será uma parte muito importante da caminhada do Capítulo. *Na carne, na realidade, nos acontecimentos, na história, nos pobres, nos povos com os quais trabalhamos para perceber uma palavra, que nos coloca numa caminhada.* Qual é a palavra que Jesus está falando comigo? Isso é muito importante porque ela é a fonte de energia. Deixemos a Vida nos dar vida, vivamos de tal maneira que a vida nos dê vida. Nós não estamos vivendo na lua, nem no céu, mas vocês sabem o que quero dizer. Isso é o que o oficial fez. Outra coisa bonita sobre a sua experiência, que os estudiosos nos apontam, é a seguinte: quando João se refere a esse homem, em cada ocasião é com um título mais humano. Vocês podem verificar isso mais tarde. A primeira vez, ele é chamado de *Oficialdo Rei*. Ele tem uma função. A segunda vez ele é referido como o *homem* (o ser humano). Na terceira vez, ele é referido como o *pai*. *Basiliskos, anthropos, pater*. Sua caminhada o torna mais humano e é interessante olhar para alguns dos materiais preparatórios de vários Capítulos que há uma sede de “sentir o mais humano” entre os religiosos. Somos religiosos para nos tornarmos humanos. Não é o contrário. No livro de Joseph Ratzinger, “Introdução ao Cristianismo”, chega um ponto em que ele diz: “Bem, agora explicamos tudo sobre o cristianismo, se alguém perguntasse qual era o sentido de ser Cristão? Ele diria que é se tornar humano.

Então, talvez nossos Capítulos possam escutar essa sede, por esse desejo de humanidade, que nosso modo de viver nos leve com todas as nossas limitações para sermos mais humanos. Esta é uma maneira muito breve de falar sobre algo que poderia ser falado com mais profundidade. Estou convidando vocês para olhar

para a caminhada do homem, antes mesmo de ele receber a notícia. É uma história muito humana.

Mais duas coisas para mencionar. O fato de que a fé é contagiante. O homem chega em casa e toda a família acredita.

Finalmente, em João, a “fé” é mencionada 98/99 vezes, mas ela nunca é usada como um substantivo. Vocês sempre escutam na forma verbal, ou seja, acreditar. Acreditar *em* (movimento), acreditar *que* (confiança), acreditar com um ponto final. Crença incondicional. Concluo com um pouco da minha história pessoal (e depois com um parágrafo da EG).

A história é sobre meu pai. Vocês ouviram que eu nasci na Índia, graças a Deus. Minha mãe e meu pai se conheceram num navio. Meu pai era escocês (presbiteriano) e minha mãe era irlandesa (110% católica). Meu pai era muito compreensivo. Eles se casaram na Catedral de Bombay. Quando o meu pai se retirou do mar (da marinha mercante), ele costumava ir à missa todos os domingos com a minha mãe. Então, esperávamos que um dia ele se tornasse católico. No dia da minha ordenação ao diaconato, dei aos meus pais uma bíblia, mas pensei que seria um enfeite na casa. Pelo contrário, toda vez que eu ia para casa, encontrava a bíblia ao lado da poltrona do meu pai. Isso foi cinco anos antes de sua decisão de ser acolhido na Igreja Católica. A Palavra nos envia numa caminhada. Tendo chegado à conclusão de que o pai nunca entraria na Igreja e que estava tudo bem, um mês antes de partir para Uganda (minha primeira missão) concelebrei a missa durante a qual meu pai, de 71 anos, recebeu batismo condicional, confissão, primeira comunhão e confirmação. Pensem nas suas próprias histórias, em como vocês foram e são o Oficial do Rei. Pensem nas histórias de todos os oficiais reais, a quem vocês conhecem.

Eu gostaria de terminar agora com o famoso EG 49, que é sobre a caminhada:

“Vamos, então, vamos sair para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo. Repito aqui para toda a Igreja o que tenho dito aos sacerdotes e leigos de Buenos Aires: Prefiro uma Igreja que está machucada, magoada e suja porque está nas ruas, em vez de uma Igreja que não é saudável por estar confinada e por se agarrar à sua própria segurança. Eu não quero uma Igreja preocupada em estar no centro e que, então, acaba sendo pega numa teia de obsessões e procedimentos. Se algo nos perturba com razão e incomoda nossas consciências, é o fato de muitos de nossos irmãos e irmãs estarem vivendo sem a força, a luz e o consolo nascidos da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé para apoiá-los, sem significado e um objetivo na vida. Mais do que por medo de me desviar, minha esperança é que sejamos movidos pelo medo de permanecermos calados dentro de estruturas que nos dão uma falsa sensação de segurança, dentro de regras que nos tornam juízes rígidos, dentro de hábitos que nos fazem sentir seguros, enquanto à nossa porta as pessoas estão morrendo de fome e Jesus não se cansa de nos dizer: ‘Dê-lhes algo para comer’ (Mc 6,37) “.

Peçamos que este Capítulo seja o lugar em que a Palavra nos coloque a caminho. Este homem, este Capítulo acreditou na Palavra e começou uma caminhada.

Do Ofício da Secretária Executiva

Nos últimos meses, ocorreram muitos progressos significativos para a vida religiosa feminina, tanto aqui na UISG quanto em outros lugares. A *XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*, realizada de 3 a 28 de outubro, foi um momento importante na vida da Igreja. Três Irmãs participaram como representantes da UISG. As Irmãs, Ir. Sally Hodgdon, CSJ (vice-presidente da UISG); Ir. Lucy Muthoni Nderi, FMA (Quênia) e Ir. Mina Kwon, SPC (Coreia), juntaram-se a várias outras Irmãs que estavam presentes como auditoras ou especialistas. Elas abordaram o tema do Sínodo “Juventude, Fé e Discernimento Vocacional” a partir de sua experiência e à luz de suas funções e ministérios. Elas deram uma contribuição significativa através de intervenções individuais e nas discussões de grupo. Depois do Sínodo, elas participaram de uma reunião, via webinar, na UISG para compartilhar amplamente a experiência. A conferência via webinar pode ser acessada através do link: <http://www.internationalunionsuperiorsgeneral.org/synod2018-listening-religious-sisters-synod-youth/>

Durante o período de setembro a outubro de 2018, foram realizadas entrevistas on-line com as Irmãs que se inscreveram para participar do *Curso para Formadoras* em 2019, promovido pela UISG. No final deste processo de entrevista, 33 Irmãs foram selecionadas para o curso que começou no decorrer da primeira semana de fevereiro e será concluído no final de junho de 2019. As Irmãs vêm de diferentes nacionalidades e, alegremente, estão se adaptando na sede da UISG e em Roma. A Irmã Cynthia Reyes, SRA, das Filipinas, é a coordenadora do programa. As sessões da manhã são realizadas na sede da UISG, onde vários temas e tópicos são abordados semanalmente. As tardes são passadas na Pontifícia Universidade de Angelicum, onde, no Instituto Mater Ecclesiae, as Irmãs participam de quatro cursos destinados a futuros formadores, juntamente com outras religiosas e religiosos. Este curso será realizado novamente em 2020 durante o mesmo período e os formulários de inscrição serão enviados em breve.

A UISG tem continuamente oferecido várias oportunidades de *formação permanente*. Estas aconteceram na sede da UISG e também on-line, pois temos procurado atingir a todos os membros e suas congregações em todo o mundo. Estes eventos formativos abordaram áreas como proteção infantil, interculturalidade, Capítulos Gerais e processos de discernimento, reconfiguração, migração e os desafios para a comunidade cristã, o mundo digital, Laudato Si: Semeando a Esperança para o Planeta. Os encontros de formação são oferecidos em vários idiomas e isso possibilita a partilha de experiências de outras partes do mundo, em todos os idiomas. O que é particularmente agradável é ver grupos e até comunidades inteiras participando das sessões oferecidas. O tempo e o espaço certamente foram bem aproveitados e estamos começando a ter a sensação de ser uma grande família de religiosas, unidas na mente e no coração, servindo às necessidades de hoje.

Durante os meses de outubro e novembro, a *Fundação Conrad N. Hilton* realizou diversas reuniões com as Irmãs, juntamente com várias organizações que apoiam o trabalho das Irmãs nos EUA, na África e no mundo. Essas reuniões realizadas em Long Beach (Califórnia), Accra (Gana) e Kampala (Uganda) foram conduzidas por Irmã Jane Wakahui, LSOSF, Diretora dos Programas das Irmãs Católicas. A Secretária Executiva da UISG esteve presente nas três reuniões. Enquanto essas reuniões se concentravam na explicação da nova Iniciativa Estratégica das Irmãs Católicas 2018-2022, desenvolvida pela Fundação Conrad N. Hilton, elas também ofereciam oportunidades importantes de se reunir com as Irmãs e ouvir sobre suas vidas e ministérios na África Oriental, Ocidental e Central. Houve sessões práticas importantes sobre monitoramento, avaliação e aprendizagem, dados e sistemas de informação e identificação de indicadores-chave de progresso. Além disso, o painel de duas apresentações concentrou-se nas *Irmãs Católicas e seus Ministérios* e na *Promoção de Parcerias para a Mudança Social*.

A Secretária Executiva coordenou uma série de reuniões e conferências durante estes últimos meses, que incluíram uma reunião de Religiosos na Diocese de Nottingham; uma conferência para celebrar o 5º aniversário do Pontificado do Papa Francisco na Universidade Regis (Denver) e o Encontro FADICA (Roma). Outros membros da equipe da UISG, especialmente a Irmã Elisabetta Flick SA, Assistente da Secretária Executiva, responderam a pedidos para falar sobre diferentes aspectos da vida religiosa e do ministério. Foi enfatizado, no Plano Estratégico da UISG 2015-2020, a oportunidade de se conectar com diferentes grupos e manter conversas importantes sobre fé e testemunho hoje.

No último Boletim, a preparação para o *Seminário sobre a Interculturalidade* de janeiro de 2019 já havia começado. Este foi um grande evento com 178 participantes (45 grupos congregacionais), tradução em quatro idiomas diferentes, todas trabalhando juntas em duas salas conectadas pela internet, na UISG. Agora temos a capacidade, graças à generosidade de várias congregações dos EUA, de transmitir em tempo real as apresentações, via internet, com tradução, nestas duas salas devidamente equipadas. Foi incrível ver a tecnologia em ação, porque esta foi a primeira vez que tivemos a melhor utilização de nossa nova capacidade tecnológica. Não importava se o apresentador ou o facilitador estivesse no andar superior ou inferior. Cada palestrante podia ser visto e ouvido com tradução oferecida nas diferentes línguas. Temos muita sorte de ter tanto a Irmã Florence de la Villeon, RSCJ, que é formada em engenharia, como a Sra. Patrizia Morgante, Responsável pela Comunicação da UISG, para ajudar a expandir o uso dessa nova capacidade de comunicação.

Finalmente, a preparação para a Reunião Especial sobre “A proteção dos menores na Igreja”, que acontecerá no Vaticano de 21 a 24 de fevereiro de 2019, está bem adiantada. Os membros da Diretoria Executiva da UISG e a Secretária Executiva participarão deste evento. A próxima edição do Boletim informará sobre o resultado desta sessão e os passos que a UISG assumirá a partir do que for decidido na reunião. Que o Espírito Santo guie a Igreja nestas importantes deliberações.

PROJETO MIGRANTES – SICILIA

Vocês não querem ir embora também

“Vocês não querem ir embora também”... Assim começou o diálogo com o cardeal Montenegro, durante o encontro com a comunidade de Agrigento, para informá-lo sobre o serviço prestado pelas Irmãs, e para procurar com ele as pistas para seguir, dada a situação dos migrantes segundo as últimas leis de imigração.

Começamos o segundo triênio, algumas Irmãs tinham terminado o seu primeiro mandato, outras chegaram em setembro para se inserirem gradualmente na comunidade e no serviço solicitado.

Um grande reconhecimento e gratidão às Irmãs “pioneiras” que, com coragem e esforço, começaram o trabalho na Sicília, construindo redes de relacionamentos que agora beneficiam as Irmãs que darão continuidade ao serviço.

Nossos sinceros agradecimentos vão para todos os Institutos que, em resposta ao apelo do Papa Francisco, se colocaram à disposição para abrir novos caminhos, enviando Irmãs, apoiando-nos economicamente, rezando por nós. Pedimos a vocês que continuem a nos acompanhar, especialmente neste momento delicado e difícil, onde os portos estão sendo fechados, os muros são erguidos, estruturas de acolhida são privadas de recursos econômicos, porque o estado cortou os fundos e os funcionários, sem salário por cerca de um ano, estão deixando o trabalho.

Nesse cenário, o que podem fazer dez Irmãs distribuídas nas três comunidades de Agrigento, Caltanissetta e Ramacca? Em muitos casos elas são “simplesmente” presença, para tecer redes, escutar, acompanhar, apoiar ... criar relações. Concretamente:

Agrigento vê as Irmãs presentes como voluntárias em algumas instalações públicas (centro de acolhida de Siculiana, SPRAR, etc ...) onde não é fácil construir um projeto contínuo com as pessoas que chegam e partem ... mas ainda é um espaço de presença, escuta acompanhamento, catequese e oração para quem desejar; depois, em algumas estruturas eclesiais (cantina dos pobres, paróquia), e finalmente, pouco a pouco, começam as visitas às famílias.

Em **Caltanissetta**, continua o acompanhamento dos migrantes na estrada, especialmente com os doentes ou necessitados de tratamento médico; consolidou-se a relação com a Caritas diocesana, que iniciou agora uma estreita colaboração com as Irmãs para a escola de italiano, as aulas de culinária ... cada vez mais significativos os encontros dominicais na paróquia, para a missa e catequese em inglês, o coro do canto africano nas Missas dominicais e festivais, uma oportunidade progressiva de conhecimento e integração entre paroquianos e migrantes. As 4 irmãs estão ocupadas de manhã à noite, nas mais variadas e diversas atividades, de acordo com os carismas de cada uma e as necessidades que surgem.

Em **Ramacca**, atualmente, duas Irmãs trabalham com uma cooperativa para os menores não acompanhados, que querem manter um estilo familiar; estão presentes em Cara de Mineo, Centro de seleção e acolhida de pessoas à espera de documentos (até 3000), para os tempos litúrgicos, a catequese e preparação aos sacramentos para aqueles que desejarem.

Nós não queremos ir embora ... é por isso que viemos novamente bater na porta das Congregações ... com a insistência da “viúva importuna do Evangelho”. Não temos nenhuma possibilidade de empregos remunerados e de subsídios econômicos, dependemos inteiramente da generosidade das Congregações, que nos últimos anos nos têm generosamente apoiado, e nos permitiram de iniciar o quarto ano de inserção na Sicília, só assim podemos continuar o serviço internacional e intercongregacional.

Para o próximo mês de setembro seria necessário inserir algumas Irmãs que possam substituir as três que estarão partindo. A experiência nos faz dizer que é preciso alguns requisitos para poder entrar neste serviço sem muita dificuldade ... é preciso saber italiano, ter carteira de motorista ... mas, acima de tudo, precisamos de Irmãs dispostas a viver o desafio da intercongregacionalidade, com tudo o que isso implica, na construção de uma vida em comum. Precisamos de Irmãs motivadas pela paixão por Deus e pela humanidade, capazes de:

- criar um clima de cooperação, para “criar” uma comunidade que reza, vive e se confronta a partir do Evangelho, de acordo com os carismas de cada uma;
- carregar, sem se sentir esmagada, o peso do sofrimento, da impotência e da frustração no serviço apostólico, aceitando um serviço humilde e, na maioria das vezes, oculto;
- colaborar com a realidade civil e eclesial.

Atualmente, a nova lei de imigração, inserida no Decreto de Segurança, cria aos migrantes e a quem trabalha com eles e para eles, dificuldades inimagináveis. O fechamento dos centros e a redução das autorizações de residência resultarão na perda de assistência e de residência para a maioria dos migrantes. A maioria deles vai se tornar ilegal e vai se esconder no campo ou correrão o perigo de se juntar às filas da máfia e do crime organizado, a fim de sobreviver ... Respira-se um ar de tensão, medo e desconfiança. A Igreja na Sicília está fortemente empenhada em enfrentar esta realidade difícil e pede-nos presença, apoio e sustentação. Somos uma pequena gota de água num oceano de miséria ... **mas não podemos sair também nós.**

TALITHA KUM

Eventos destacados dos últimos meses do ano de 2018 até o início de 2019

O ano de 2019 é um ano crucial para a Talitha Kum, que completa 10 anos de atividade. Neste ano, a vida consagrada, especialmente as congregações mais envolvidas no serviço de combate ao tráfico humano, será convocada para participar da Primeira Assembléia Geral de Talitha Kum, a realizar-se em Roma de 21 a 28 de setembro de 2019. O objetivo será o de celebrar os 10 anos de atividades da Talitha Kum, dando espaço ao aprofundamento da situação atual do tráfico humano no mundo, com um olhar de esperança, e através da identificação e planejamento de prioridades para o período 2020-2025.

Principais eventos nos primeiros dois meses de 2019

- Lançamento, em 17 de janeiro, das Diretrizes para o engajamento pastoral contra o tráfico de pessoas elaboradas pela Seção de Migrantes e Refugiados: Talitha Kum esteve ativamente envolvida, durante o ano de 2018, na redação do documento final.
- O Dia Mundial de oração e reflexão contra o tráfico, realizado em 8 de fevereiro, que este ano teve como tema: “Juntos contra o tráfico”. Nesta edição, Talitha Kum foi parceira da Rede Mundial de Oração do Papa e apresentou a intenção de orar pelo fim do tráfico humano.
- Na mesma data, o lançamento do vídeo do Papa sobre esse tema, durante a comunicação oficial do programa para os 10 anos de Talitha Kum.

O ano recém concluído foi caracterizado por vários projetos e iniciativas nas áreas de ação previstas pelas prioridades da Talitha Kum para o quadriênio 2016-2019.

Fortalecimento de redes e comunicação

- Continua o desenvolvimento do plano estratégico de comunicação interna de Talitha Kum, para cuja elaboração nos valem o valioso conselho de Ir. Bernadette Reis, fsp.
- Estamos ainda na fase final de coleta e análise de dados para completar o Censo das redes da Talitha Kum para 2018, em colaboração contínua com a Pontifícia Universidade Gregoriana, que junto com seus alunos criou o banco de dados para Talitha Kum. Os dados serão divulgados em 7 de fevereiro de 2019
- A reunião, em Cleveland, das redes Talitha Kum do hemisfério ocidental no final de outubro de 2018, cujo objetivo era fortalecer o trabalho em rede no nível continental. A reunião foi possível graças à promoção e organização da associação das religiosas contra o tráfico de pessoas (US - Catholic Sisters

Against Human Trafficking (USCSAHT). (EUA – Irmãs Católicas contra o tráfico humano (USCSAHT).

- Poços da Esperança. A partir de 1 de setembro de 2018, Irmã Marie Claude Naddaf, rgs, é a coordenadora do projeto WOH, que promove a colaboração e o diálogo das religiosas e mulheres, tanto muçulmanas como cristãs, na Bacia do Mediterrâneo, bem como a identificação de parceiros estratégicos, em nome de um compromisso comum na prevenção de qualquer tipo de exploração de vidas humanas.

Formação e novas redes

Na sequência dos cursos de formação e workshops organizados pela Talitha Kum a nível local, gostaríamos de salientar o nascimento de novas redes nos seguintes países: Gana, Burkina Faso / Níger e Camarões. As redes foram lançadas oficialmente em novembro de 2018 e a rede de Camarões inclui as áreas francófona e de língua inglesa em um esforço necessário para dialogar e colaborar.

O curso de formação para os líderes da Talitha Kum, em colaboração com a Pontifícia Universidade Antonianum – curso do qual já falamos, desde que começou no final de 2017 - terminou em fevereiro de 2018, com uma segunda fase residencial. A primeira nota positiva é que não houve dispersão durante o curso, mas trabalhamos juntos até a conclusão oficial. As estudantes e os estudantes do curso, por sua vez e de acordo com os recursos disponíveis, organizaram oficinas e dias de formação em seus próprios países ou países vizinhos, sempre no espírito de colaboração mútua e intercâmbio como enriquecimento pessoal e profissional e, portanto, fortalecimento de suas ações de combate ao tráfico de pessoas.

Antecipações

Entre os eventos e programas para a celebração do décimo aniversário da Talitha Kum está a Campanha “Irmãs saram corações”, que será apresentada oficialmente durante a Assembleia Plenária da UISG, em maio de 2019. Para maiores informações sobre o programa, pode-se acessar o site da Talitha Kum (<https://www.talithakum.info/>) ou o específico do Dia de Oração (<https://preghieracontrotratta.org/?lang=it>)

PESSOAL DA UISG

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>E-mail</u>	<u>Telefone</u>
Ir. Patricia Murray, ibvm	Secretária Executiva	<i>segretaria.esecutiva@uisg.org</i>	06 684002 36
Ir. Elisabetta Flick, sa	Vice-Secretária Executiva Projecto Migrantes Sicilia	<i>vice.segre.esa@uisg.org</i> <i>progetto.migranti@uisg.org</i>	06 684002 48
Rosalia Armillotta	Assistente da Secretária Executiva	<i>ufficio.segreteria@uisg.org</i>	06 684002 38
Sr. M. Cynthia Reyes, sra	Coordinadora Programa Formação UISG	<i>formators.programme@uisg.org</i>	0668.400.227
Claudia Giampietro	Assistente Programa Formação UISG	<i>formation@uisg.org</i>	0668.400.225
Aileen Montojo	Administradora de Finanças	<i>economato@uisg.org</i>	06 684002 12
Patrizia Balzerani	Assistente Administradora de Finanças	<i>assistente.economato@uisg.org</i>	06 684002 49
Svetlana Antonova	Gerente de propriedade	<i>gestione.proprieta@uisg.org</i>	06 684002 50
Patrizia Morgante	Responsável de Comunicação	<i>comunicazione@uisg.org</i>	06 684002 34
Antonietta Rauti	Coordinadora de Boletim UISG	<i>bollettino@uisg.org</i>	06 684002 30
Ir. Gabriella Bottani, smc	Coordinadora “Talitha Kum”	<i>coordinator@talithakum.info</i>	06 684002 35
Nicoletta Lalla	Assistente secretariado “Talitha Kum”	<i>secretariat@talithakum.info</i>	06 684002 32
Ir. Cecilia Bayona, osa	Arquivista	<i>archivio@uisg.org</i>	06 684002 42
Sr. Thérèse Raad, sdc	Escritório de Comunicação (Voluntária)	<i>comunicazione@uisg.org</i>	0668.400.233
Ir. Florence de la Villeon, rscj	Coordinadora Internacional Projecto Migrantes	<i>rete.migranti@uisg.org</i>	06 68400.231
Conselho de Canonistas		<i>canoniste@uisg.org</i>	
Solidarity South Sudan		<i>solidaritysudan@gmail.com</i>	06 684002 23